



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE  
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS  
SOLIDÁRIOS**

**ANTONIO LINDONBERTO BATISTA DA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DA MATRIZ PEDAGÓGICA DO MST: UM ESTUDO DE  
CASO SOBRE A INSERÇÃO DAS MULHERES NAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO ZÉ MARCOLINO**

**SUMÉ – PB  
2013**

**ANTONIO LINDONBERTO BATISTA DA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DA MATRIZ PEDAGÓGICA DO MST: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INSERÇÃO DAS MULHERES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO ZÉ MARCOLINO**

**Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.**

**Orientadora: Professora Ma. Sônia Maria de Lira Ferreira**

**SUMÉ – PB  
2013**

S586i Silva, Antônio Lindonberto da.

A importância da matriz pedagógica do MST: um estudo de caso sobre a inserção das mulheres nas políticas públicas no Assentamento Zé Marcolino... / Antônio Lindonberto da Silva. – Sumé - PB: [s.n], 2013.

55 f.

Orientadora: Professora. Ma. Sônia Maria Lira Ferreira.

Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Campina Grande. Campus de Sumé.. Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano. Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos e Solidários.

1.Movimentos sociais – Cariri Paraibano. 2. Gênero. 3. Educação popular. 4. Economia solidária. 5. Assentamentos rurais I. Título.

CDU: 37(043.3)

**ANTONIO LINDONBERTO BATISTA DA SILVA**

**A IMPORTÂNCIA DA MATRIZ PEDAGÓGICA DO MST: UM ESTUDO DE  
CASO SOBRE A INSERÇÃO DAS MULHERES NAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS NO ASSENTAMENTO ZÉ MARCOLINO**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Professora Ma. Sônia Maria de Lira Ferreira  
UAEDUC/CDSA/UFCG  
Orientadora**

---

**Professora Dr<sup>a</sup> Maria da Conceição Gomes de Miranda  
UAEDUC/CDSA/UFCG  
Examinadora**

---

**Professor Me. José Marciano Monteiro  
UAEDUC/CDSA/UFCG  
Examinador**

**Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.**

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho especialmente à minha esposa *Bruna Mikaele*, às minhas filhas *Ana Luísa* e *Maria Lara*; aos meus pais *Luiz Batista* e *Maria Edileusa*; à minha orientadora professora *Sônia Maria de Lira Ferreira*; à minha família; aos colegas e professores do curso de especialização; aos moradores e moradoras do Assentamento Zé Marcolino, que tão gentilmente nos concederam as entrevistas.

*Tem que estar fora de moda criança fora da escola, pois há tempo  
não vigora o direito de aprender  
Criança e adolescente numa educação  
decente pra um novo jeito de ser  
pra soletrar a liberdade na cartilha do ABC.  
Ter uma escola em cada canto do Brasil  
com um novo jeito de educar pra ser feliz  
Tem tanta gente sem direito de estudar  
É o que nos mostra a realidade do país.  
Juntar as forças, segurar de mão em mão,  
numa corrente em prol da educação  
Se o aprendizado for além do Be A Bá,  
todo menino vai poder ser cidadão.  
Alternativa pra empregar conhecimento  
Movimento já mostrou para a nação  
desafiando dentro dos assentamentos  
Reforma Agrária também na Educação.*

*“Pra soletrar a liberdade”*

*(Letra: Zé Pinto)*

## RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar como a educação popular contribui para a inserção das mulheres na organização do trabalho nas áreas dos Assentamentos rurais hoje, em particular na agrovila Lajinha no Assentamento Zé Marcolino, município de Prata – PB. A partir da concepção crítico/libertadora do pensamento de Gramsci e da pedagogia do oprimido de Freire, pretendeu-se elucidar a seguinte problemática: de que forma a matriz pedagógica da educação popular conduzida pelos movimentos sociais contribui para inserção das mulheres no processo de participação nas relações sociopolíticas e de trabalho nos Assentamentos rurais do Cariri Ocidental paraibano? Trata-se de uma pesquisa de campo, e como etapas da investigação os seguintes caminhos: levantamento bibliográfico, visando aprofundar teoricamente a investigação; coletas de dados através de entrevistas e observação. Para coletar as entrevistas junto às pessoas foi utilizado um conjunto de técnicas tais como: a) entrevistas semiestruturadas; b) observação participante, conforme a dinâmica da pesquisa. A abordagem sugeriu uma pesquisa qualitativa, uma vez que esse método tem como propósito compreender os fenômenos em profundidade, trabalhando numa perspectiva descritiva e interpretativa. Compreendeu-se que com a presença dos movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra - MST houve uma ressignificação da participação das mulheres nas relações sociopolíticas e de trabalho dentro dos Assentamentos rurais, abalando assim as relações de submissão historicamente imposta a elas. E a articulação entre Educação popular e Educação de Jovens e Adultos apresenta-se como algo primordial para formação de uma nova consciência baseada na solidariedade, coletivismo e equidade de gênero.

**Palavras - chaves:** Movimentos sociais – Cariri Paraibano. Educação Popular. Gênero. Economia Solidária. Assentamentos rurais.

## RESUMEN

El objetivo de esta pesquisa fue analizar como la educación popular contribuyó para la inserción de las mujeres en la organización del trabajo en las áreas de los Asentamientos rurales hoy, en particular en en la agrovila Lajinha el Asentamiento Zé Marcolino, condado de Prata-PB. A partir de la concepción crítico/libertadora del pensamiento de Gramsci y de la pedagogía del oprimido de Freire, se pretendió elucidar la siguiente problemática:¿ de qué forma la matriz pedagógica de la educación popular conducida por los movimientos sociales contribuye para la inserción de las mujeres en el proceso de participación en las relaciones sociopolíticas y de trabajo en los Asentamientos rurales del Cariri Occidental paraibano¿ Se trata de una pesquisa de campo, y como etapa de la investigación los siguientes caminos: levantamiento bibliográfico, visando profundizar teóricamente la investigación; colectas de datos a través de encuestas y observación. Para coleccionar las encuestas junto a las personas fue utilizado un conjunto de técnicas tales como: a) encuestas semiestructuradas; b) observación participante, conforme la dinámica de la pesquisa. El abordaje sugirió una pesquisa cualitativa, una vez que ese método tiene como propósito comprender los fenómenos y profundidad, trabajando en una perspectiva descriptiva e interpretativa. Se comprendió que con la presencia de los movimientos sociales, en particular el MST, hubo una re significación de la participación de las mujeres en las relaciones sociopolíticas y de trabajo dentro de los Asentamientos rurales, abalando así las relaciones de sumisión históricamente impuesta a ellas. Y la articulación entre Educación Popular y Educación de Jóvenes y Adultos presentase como algo primordial para formación de una nueva conciencia basada en la solidaridad y colectivismo.

**Palabras – llaves:** Movimientos sociales – Cariri Paraibano. Educación Popular. Género. Economía solidaria. Assentamientos rurales.



## **LISTA DE SIGLAS**

**AMB** - Articulação de Mulheres Brasileiras

**CEAA** - Campanha de Educação de adolescentes e Adultos

**CNER** - Campanha Nacional de Educação Rural

**EJA** - Educação de Jovens e Adultos

**EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

**ES** - Educação Solidária

**FIDA** - Federação Internacional de Desenvolvimento Agrário

**MOBRAL**- Movimento Brasileiro Rural

**MMM** - Marcha Mundial das Mulheres

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**SIRENA** - Sistema Rádio Educativo Nacional

**SPM** - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

**STR** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

**SUDENE**- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>12</b>
2.1	A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	12
2.2	A MATRIZ PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO POPULAR CONDUZIDA PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	18
2.3	A QUESTÃO DE GÊNERO DENTRO DOS ASSENTAMENTOS.....	20
2.4	AS MULHERES DENTRO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	24
<b>3</b>	<b>AS INTERFACES ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....</b>	<b>27</b>
3.1	EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA POLÍTICA.....	32
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>36</b>
<b>5</b>	<b>DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>39</b>
5.1	MULHERES VENCEDORAS: A FORÇA DAS MULHERES AGRICULTORAS NO ASSENTAMENTO RURAL ZÉ MARCOLINO.....	39
5.2	“A GENTE BATEU O PÉ E DISSE: QUEREMOS UMA ESCOLA DO CAMPO”.....	44
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>54</b>
	<b>APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....</b>	<b>55</b>
	<b>APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>56</b>
	<b>APÊNDICE C: FIGURAS CAPTADAS PELO AUTOR DO TEXTO.....</b>	<b>57</b>
	<b>APÊNDICE D: ESCOLA DO ASSENTAMENTO ZÉ MARCOLINO.....</b>	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como foco central a análise de como a educação popular contribui para a inserção das mulheres na organização do trabalho nas áreas dos Assentamentos rurais hoje, século XXI, em particular na agrovila Lajinha, Assentamento Zé Marcolino, Município da Prata – PB. A concepção crítico/libertadora do pensamento de Gramsci e da pedagogia do oprimido de Freire dá suporte para a hipótese de que a matriz pedagógica da educação popular conduzida pelos movimentos sociais contribui para a inserção das mulheres nas relações sociopolíticas e de trabalho nos Assentamentos rurais do Cariri Ocidental paraibano.

Entende-se que os Movimentos Sociais, em Particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST forjam, em suas lutas, em defesa pela terra, uma educação popular alicerçada na ideologia e visão de mundo Freireana baseada na experiência e vivências dos agentes diretamente envolvidos no processo de ensino/aprendizagem. O MST como sujeito pedagógico contribui para formação de uma consciência crítica que leva à superação da ideologia dominante, abrindo caminhos de possibilidades para crença de que é possível reinventar uma sociedade amparada em novos valores, como solidariedade, coletividade e igualdade de gênero.

O interesse em pesquisar essa temática deu-se durante o curso de especialização que teve como foco norteador o pensamento de Paulo Freire, Paul Singer entre outros autores que acreditam na construção de um mundo mais justo. Além dos teóricos aludidos, também influenciou o fato de sermos sujeitos egressos dessa realidade, filho de pais agricultores desde cedo convivendo com as dificuldades advindas não só das estiagens naturais, mas, sobretudo, do mandonismo patriarcal de exclusão social e de gênero. Trata-se de uma temática ainda pouco estudada em nossa região e, portanto, tem uma importância social e acadêmica relevante na medida em que desperta a necessidade de redirecionamos nosso olhar sobre a realidade latente em nossa região, em especial nos Assentamentos.

Nesta perspectiva, algumas questões norteadoras foram levantadas:

1. A formação política constituída a partir da luta pela terra prepara para uma perspectiva de educação, política e de trabalho de forma coletiva?
2. A utopia, os sonhos, a luta acabam depois que a terra é conquistada?
3. Quais os maiores desafios, hoje, nos assentamentos?
4. De que forma as mulheres vem sendo inseridas nas discussões políticas dentro dos assentamentos
5. Houve resistências masculinas e femininas à inserção das mulheres em cargos de lideranças?
6. Qual a importância de se ter uma escola do campo dentro do assentamento?

Essas questões são um norte para descortinar a atual realidade dentro dos Assentamentos a partir da luta dos assentados em defesa de uma educação mais humana e libertadora que a ponta para possibilidades de construção social ancorada em relações solidárias.

Assim a pesquisa teve como objetivo geral:

- Analisar a contribuição da matriz pedagógica do MST para a inserção das mulheres na organização sociopolítica nas áreas dos Assentamentos.

Para fazer essa análise elencaram-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar a matriz pedagógica da educação popular dentro dos Assentamentos rurais.
- Verificar de que forma a Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular se articulam na organização do trabalho das mulheres dentro dos Assentamentos.
- Demonstrar as práticas coletivas nos assentamentos.

Para desvelar às inquietações postas nesse campo de investigação, estruturou-se o trabalho em três capítulos:

- a) No primeiro, sugeriu-se uma abordagem histórica dos Movimentos sociais de forma geral, em particular o MST, desde a luta pela terra ao Assentamento, constituindo-se como sujeito pedagógico.
- b) No segundo, pautou-se numa análise teórica da articulação entre o MST e a Educação popular e de Jovens e Adultos na organização político/administrativa dentro dos assentamentos.
- c) No terceiro e último capítulo, analisou-se os dados coletados durante a realização de entrevista semiestruturada para verificação das relações coletivas nos assentamentos, verificando se apontam ou não para as

mudanças nas dimensões políticas, econômicas e sociais na perspectiva da economia solidária, com inserção das mulheres nas políticas públicas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Neste capítulo, optou-se em fazer um quadro histórico, embora de forma sucinta, dos Movimentos Sociais, abordando alguns aspectos característicos das ações coletivas que surgiram como reações às explorações capitalistas advindas do desenvolvimento industrial no século XIX. Na contemporaneidade ganham novos contornos e significados, em um cenário de novas reivindicações, como por exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Este último, reivindica não só a posse da terra, mas acesso ao crédito, à educação no campo e do campo, equidade de gênero, entre outras, tornando-se sujeitos pedagógicos com propostas de ressignificação das ações sociais coletivas no mundo contemporâneo e globalizado a partir de suas experiências e saberes de maneira solidária. Nesta perspectiva, adotou-se o seguinte conceito de Movimentos Sociais:

Movimentos Sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes camadas sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. [...] (GONH, 1997, p. 251).

As ações sociopolíticas de que fala a referida autora podem ser percebidas ainda no século XIX com advento da industrialização e a conseqüente precarização do trabalho. Essa precarização implica aos trabalhadores venderem sua mão de obra ao capitalista<sup>1</sup> por salários insuficientes para atender as suas necessidades básicas, decorrendo daí as primeiras manifestações contra a exploração de forma mais clara, embora nem sempre organizadas, como por exemplo, o Movimento Ludita<sup>2</sup> (CASTILHO, CARDOSO, 2009, p. 178) ocorrido na Inglaterra entre os anos de 1811 e 1812. Durante os protestos, os manifestantes invadiam as fábricas e quebravam as máquinas, vistas como as causadoras das péssimas condições as quais estes eram submetidos.

---

<sup>1</sup> Referência feita ao dono dos meios de produção e da propriedade privada que, se utilizando destes, explora os trabalhadores que vendem sua mão de obra em troca de um salário.

<sup>2</sup> Este movimento operário foi inspirado em Ned Lud quando os operários deram início à destruição das máquinas, responsabilizadas como a causa da situação de miséria dos trabalhadores.

Posteriormente, na década de 30 do século XIX, também na Inglaterra, país pioneiro na produção industrial, insurgiu o Movimento Cartista<sup>3</sup> (Idem. p. 179), referência à carta reivindicatória dos operários enviada ao parlamento britânico, exigindo inclusão política dos operários, voto universal e secreto, participação destes no Parlamento, entre outras medidas consideradas revolucionárias à época. Tais reivindicações não foram atendidas, mas mostraram como a classe operária se organizava em busca de melhorias de vida.

O movimento operário europeu, influenciado pelas ideias dos pensadores socialistas, principalmente de Karl Marx, ressonou ainda no século XIX no Brasil, principalmente com a chegada dos imigrantes que vieram tentar a vida por essas terras. Trata-se de um movimento sindicalista, nem sempre revolucionário, mas que agregava os trabalhadores em torno dos sindicatos, tratando-se, portanto, de um movimento classista que tinha entre seus objetivos buscar melhores condições de vida para os operários.

No século XX, no contexto do toyotismo<sup>4</sup> (OLIVEIRA, 2007, p. 70-71), com a automação industrial e a crise do Estado de bem estar social ou Estado providência, a insurgência dos governos autoritários na América Latina, assiste-se à novas formas de compreender a sociedade e sua forma de organização que amplia o foco das discussões sociais, se comparadas com o século anterior.

Na verdade, o termo Movimentos Sociais é bastante abrangente e por mais que se escrevesse sobre conceitos e pressupostos teóricos, que ao longo do tempo, foram empregados na tentativa de compreendê-los, mesmo assim, se estaria longe de fazê-lo. Ademais, esse não é o objetivo dessa pesquisa, apenas se fez algumas referências, na tentativa de diferenciá-los dos movimentos contemporâneos, em particular, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ou simplesmente MST. Para Paludo (2008), O MST faz parte dos Movimentos sociais Populares e

---

<sup>3</sup> Foi outro momento da luta operária; criou-se a Associação dos Operários por meio da qual foram realizadas greves, passeatas e comícios para pressionar o parlamento inglês. Os operários pretendiam com esse movimento uma representação política do proletariado, no entanto, a publicação da “Carta do Povo” foi recusada pelo governo que esvaziou esse movimento em 1848.

<sup>4</sup> O toyotismo emergiu, enquanto modelo de produção na década de 1970, no contexto da crise do capitalismo. Segundo as teorias neoliberais, seria necessário substituir o Estado intervencionista por um Estado mínimo, dando início às privatizações como forma de superar a crise capitalista. A política neoliberal ganhou força, aumentando os lucros dos capitalistas e conseqüentemente, a exploração sobre os trabalhadores, além da falta de estabilidade no emprego, devido à terceirização e automação da produção.

[...] possui objetivos (imediatos e históricos) que busca realizar e uma organização; tem capacidade de mobilização e pressão; faz a luta pela construção cotidiana das alternativas articulada à luta política, econômica, cultural/ideológica e possui como centro o trabalho. Incorpora a luta de gênero, ecológica, por políticas públicas possui articulações amplas, entre outras. E, o mais importante, é feito pelos próprios “Sem-Terra”. (PALUDO, 2008, p. 04).

Nesse sentido, a partir do trabalho e de suas experiências de vidas o MST luta por mudanças políticas, econômicas e culturais que ainda são fortemente alicerçadas na ideologia capitalista, ou seja, a crença de que o individualismo e o consumismo são o alicerce para a construção de uma sociedade próspera, democrática. A opressão começa pela posse da terra, concentrada nas mãos de poucos desde a chegada dos portugueses e a implantação de um projeto capitalista de exploração, dessa forma, segundo Pereira (2013, p. 69), “reacendendo a memória histórica, desvelamos o sentido das lutas por terra enraizadas desde o período colonial”. Como forma de resistência, tanto os indígenas como os negros forjaram lutas contra a dominação dos fazendeiros. As lutas e as fugas dos escravos deram origem aos primeiros quilombos<sup>5</sup> (LEITE, 2000, p. 338), formando espaços livres para o trabalho dentro do próprio sistema capitalista colonial.

Percebe-se que a luta pela posse da terra ocorre desde o momento em que os europeus aqui chegaram e transformaram a terra, que antes era coletiva, num bem material, onde a posse ou a falta desta servia como distintivo social. Ao longo do período colonial e após a independência, tivemos constantes lutas dos excluídos pela posse da terra, como foi o caso de Canudos, Contestado e, no século XX, as ligas camponesas. Desde os anos de 1980 o grande protagonista das reivindicações por reforma agrária e mudanças sociais tem sido o MST. Atualmente, o MST tem ampliado suas reivindicações no sentido de ter acesso ao crédito e ao trabalho cooperado numa perspectiva de ruptura com o modelo capitalista de produção.

Nesse contexto, a luta pelos Direitos das Mulheres é incrementada, consolidam-se novas formas de organização e mobilização sustentadas pela criação de redes, com fluxo setorial, regional e nacional, exemplificando-se a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). O respeito à diversidade constitui expressivo apelo na

---

<sup>5</sup> A expressão quilombo vem sendo sistematicamente usada desde o período colonial. As abordagens socioantropológicas a partir da década de 70 procuram enfatizar os aspectos organizativos e políticos dos quilombos. O quilombo como uma forma de organização aconteceu em todos os lugares onde ocorreu a escravidão. Trata-se de uma de resistência, de uma organização política.



luta pela equidade nas relações de gênero. Na concepção do MST é preciso construir novas relações econômicas, sociais, políticas e ambientais baseadas em novos valores tais como: respeito, companheirismo, solidariedade e justiça. Nesse sentido, a construção de novas relações de gênero não é apenas importante, mas absolutamente necessária para avançar a luta de classe e construir uma sociedade socialista. Isso não pode ser feito numa sociedade machista que ver a mulher como ser inferior.

Segundo Souza (2003, p. 35), “O MST é o movimento social mais abrangente e reconhecido dentro e fora do Brasil”. Surgiu, em 1979, no município de Sarandi – RS, devido a um conflito rural, a ocupação de uma propriedade, desencadeando outras ocupações pelo Brasil a fora.

Na Paraíba, a chegada do MST se deu no final da década de 1980, na região do Brejo com uma forte reivindicação pela posse da terra. O movimento chega à região do Cariri Ocidental Paraibano

Durante a década de 1990, em virtude da consolidação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Sebastião do Umbuzeiro, do avanço dos movimentos sociais do campo em nível nacional e da crise da grande propriedade rural no Cariri paraibano com o fim dos financiamentos da Sudene, os trabalhadores rurais da região aprofundaram a luta pela reforma agrária. Em dezembro de 1993 ocorreu a desapropriação da Fazenda Santa Catarina, no município de Monteiro, que viria a se tornar, por intermédio de um processo de regularização fundiária, o primeiro Assentamento da Reforma Agrária do Cariri paraibano. Em outubro de 1997, como resultado direto da mobilização promovida pelo STR de São Sebastião do Umbuzeiro, a Fazenda Estrela D’Alva, localizada naquele município, também é desapropriada. No mesmo ano, marcando a entrada do Movimento Sem Terra na região, ocorre a luta bem-sucedida pela desapropriação da Fazenda Floresta, no município de Camalaú e, em 1999, com a desapropriação da Fazenda Feijão, no município de Sumé, o MST consolida sua ação no Cariri paraibano. (CANIELLO; DUQUÉ, 2006, p. 632).

Os primeiros Assentamentos foram criados, rompendo assim a lógica da dominação coronelesca alicerçada no favoritismo, apadrinhamento, no mandonismo local e na completa dependência dos trabalhadores rurais diante das injustiças socioeconômicas impostas pelos grandes proprietários. É neste contexto que os questionamentos à concentração da terra emergem de forma mais sistemática

através das chamadas ligas camponesas. Nessa perspectiva, Pereira (2013) salienta que:

Na Paraíba, a gênese das ligas camponesas se dá a partir da fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, no ano de 1958, sob a liderança de João Pedro Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, ficando conhecida como a Liga Camponesa de Sapé. Inicialmente com cerca de mil e quinhentos sócios, a adesão foi crescendo e alcançou aproximadamente o número de dezesseis mil sócios, à medida que os trabalhadores conseguiam redução dos dias de cambão e melhores condições de pagamento nos dias de foro, novos trabalhadores se associavam ao movimento. As ligas de Sapé são reconhecidas como um dos movimentos mais efervescentes e importantes do campesinato brasileiro pela capacidade de reivindicação e de questionamento da concentração fundiária. (PEREIRA, 2013, p. 70).

O MST não ficou preso à defesa do direito a terra, mas se pautou em novas reivindicações que ultrapassam a conquista de bens materiais. Defende a necessidade de mudanças sociais mais amplas, como por exemplo, uma educação baseada nas concepções de Paulo Freire, no sentido de transformação, libertação e busca pela equidade social e de gênero, rompendo assim com os velhos paradigmas impostos pelo coronelismo, ainda presentes em nossa região. Segundo Freire, a dominação dos opressores sobre o oprimido não se dava apenas de forma material, mas, sobretudo, de forma ideológica, daí a necessidade de se ter uma educação libertadora, baseada na realidade de mundo dos educandos. Desta forma:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 2003, p. 52).

Trata-se, portanto, de uma reflexão e ação do homem sobre o mundo para transformar a realidade de opressão em que ele vive e isso seria possível através de uma educação Popular, nos dizeres de Paulo Freire (2008):

Educação Popular como prática da liberdade que se contrapõe à Educação Bancária. Ela se concretiza como Ação Cultural para a Liberdade. É ação realizada com eles: no processo de organização comunitária/coletiva e política do povo, mas também na escola, embora aí seja muito mais difícil, dada uma das dimensões hegemônicas do papel da escola formal, que é o de formar “visões sociais de mundo” aderentes ao projeto do capital. (PALUDO, 2008, p. 09-10).

Nesta perspectiva, a educação popular se opõe a educação “bancária”, na qual o educando é visto apenas como um pote vazio e a função da escola é enchê-lo de conteúdo que seja útil, uma espécie de adestramento para que ele possa concorrer no mercado de trabalho e cumprir com sua função social. Faz-se necessário, portanto, considerar as condições de vida dos educandos, suas histórias. Desta forma, estes abrirão um diálogo com o professor sobre o que eles necessitam saber de acordo com suas aspirações concretas. A educação tem que ser contextualizada a partir da realidade e necessidade dos educandos. É preciso romper com a abstração imposta pela escola formal em torno do que seja o saber que, muitas vezes, por ser descontextualizado da realidade, principalmente entre os da educação de Jovens e Adultos (EJA), não tem sentido para os mesmos.

Amparados nas ideias de Paludo (2008), entendeu-se que o MST se aproxima das reflexões de Paulo Freire sobre as relações sociais entre opressores e oprimidos e que dentro de um processo dialético é possível superá-las, e a educação tem um papel fundamental nesse processo, para tanto ela precisa ser libertadora<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> No Livro *Pedagogia do Oprimido* Paulo Freire propõe uma explicação da importância e necessidade de uma pedagogia dialógica e emancipatória, em oposição à pedagogia da classe dominante, que contribua para a sua libertação e sua transformação em sujeito cognoscente e autor da sua própria história, através da práxis enquanto unificação entre ação e reflexão.

## 2.2 A MATRIZ PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO POPULAR CONDUZIDA PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

Os movimentos sociais na atualidade, entre eles o MST, têm pautado suas reivindicações na busca por uma educação libertadora que rompa com o modelo de sociedade capitalista que tem como um de seus pilares a expropriação dos trabalhadores/trabalhadoras e exclusão social. Têm como base, portanto, os princípios da educação defendida por Paulo Freire na formação e o desenvolvimento de uma consciência capaz de apreender a realidade criticamente. Freire dedicou toda uma vida na elaboração e defesa de uma educação realmente comprometida com a humanização e bem estar social na acepção marxista, ou seja, a libertação do oprimido diante do opressor. Uma educação que contribua para que os oprimidos tomem consciência da situação de opressão a qual são submetidos e assumam posições de rebeldia para fugir do “fatalismo” que foram persuadidos a acreditar.

O MST tem reivindicado o acesso à educação a partir de uma perspectiva diferente das propostas pela educação hegemônica, que reproduz o modelo de sociedade dominante e excludente. O movimento defende uma educação ligada a um projeto de humanização através de práticas coletiva, haja vista que um dos seus princípios é a transformação da sociedade, buscando construir uma sociedade solidária com justiça social, capaz de garantir vida digna a toda população.

Tal projeto social requer parcerias e cooperação para que se possa alcançar a emancipação plena do ser humano, de homes e mulheres. É no fazer e no agir que homens e mulheres trabalhadores(as) se fazem sujeitos históricos/concretos num processo dialético<sup>7</sup> (RICHARDSON, 1999, p. 45) de superação do suposto fatalismo e da autodesvalia impostos pela visão dos opressores sobre os oprimidos. O desafio do setor da educação é exatamente recuperar algumas matrizes pedagógicas desvalorizada pela sociedade capitalista. Diferentemente do modelo capitalista de educação, o MST defende: Pedagogia do trabalho; pedagogia da terra; pedagogia da história; pedagogia da organização coletiva e pedagogia da luta social. Para o MST

---

<sup>7</sup> “ a dialética está vinculada ao processo dialógico de debate entre posições contrárias, e baseada no uso de refutações ao argumento por redução ao absurdo ou falso”. O MST parte de uma realidade de opressão para superá-la, para tanto defende uma educação libertadora baseada em princípios solidários.

[...] a pedagogia do trabalho a educação dos Sem Terra deve ser, sobretudo, pelo e para o trabalho; na pedagogia da terra, a terra é o símbolo maior da luta, da cultura e da mística dos Sem Terra; na pedagogia da história, a educação ocorre cultivando a memória histórica da luta dos trabalhadores e a compreensão de ser sujeito da história; na pedagogia da organização coletiva, compreende a vivência coletiva como forma de construção da identidade<sup>4</sup> e vinculada à luta, à história e à cultura dos camponeses; na pedagogia da luta social, que ensina a questionar ordem estabelecida e a perceber que é possível pressionar as circunstâncias para que a realidade seja transformada. (RIBEIRO, 2008, p.212).

A defesa do MST em busca de uma educação comprometida com a história de luta do movimento, uma escola vinculada com a realidade local comunga com a Pedagogia defendida por Freire no sentido em que visa à emancipação do ser humano como nos referencia Adams (2010):

A educação foi e continua sendo um “instrumento” utilizado para facilitar a integração das gerações na lógica do sistema hegemônico na sociedade e assim gerar conformidades. Mas pode, ao mesmo tempo, ser uma mediação através da qual mulheres e homens aprendem a lidar crítica e criativamente com o contexto. Nessa dinâmica dialética, oportunizam-se meios para a participação individual e coletiva dos sujeitos na construção de práticas transformadoras da realidade social, relacionando a instâncias locais e amplas. Trata-se, pois, de uma visão de educação mediada pelas práticas sociais, em que a materialidade da vida constitui-se a base primeira de mediações pedagógicas na construção do conhecimento. (ADAMS, 2010, p.22).

Ou seja, é no agir e no fazer que os sujeitos constroem-se. Suas ações pedagógicas daí resultante contribuem no processo de ensino e aprendizagem. É através da educação da práxis, de suas próprias experiências que os educandos desenvolvem a solidariedade, tornando-se cooperativos e sujeitos do seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social. É a partir desse ideário de cooperação e parcerias que a união entre homes e mulheres aponta para um caminho utópico<sup>8</sup> de uma sociedade mais justa e coletiva.

Desta forma, o MST tem sua matriz pedagógica baseada no pensamento de socialistas clássicos como Marx e Gramsci, embora, a luta que defende não tem

---

<sup>8</sup> Paulo Freire entendia utopia como a capacidade de homens e mulheres sonharem por um mundo melhor. Essa utopia é essencial para o empoderamento e sonhos daqueles que querem fugir das dificuldades materiais e imateriais que historicamente foram submetidos.

como foco a luta armada, tomada do poder, como defendia Karl Marx, mas a posse da terra como forma de transformação social e humana com dignidade e projeto de futuro. Futuro este alicerçado na educação popular voltada para a formação de uma consciência crítica e coletiva, rompendo assim com os paradigmas da educação capitalista, transmutada de democrática, mas que tem se mostrado excludente e tem a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual como característica. O MST acredita e defende que o processo de formação ocorre, sobretudo, com o envolvimento das pessoas no trabalho político e organizativo do próprio movimento.

### 2.3 A QUESTÃO DE GÊNERO DENTRO DO MST

Historicamente, às mulheres foi reservado um papel de submissão numa sociedade patriarcal e machista, na qual os homens tomavam as decisões políticas. Cabia às mulheres obedecerem às decisões tomadas pelo chefe da família. Não basta ter acesso aos meios de produção, faz-se necessário também romper com velhos paradigmas que excluem as mulheres da participação política e administrativa, consequências de uma sociedade patriarcal, Ou seja, o mandonismo do homem sobre as mulheres, vistas como seres frágeis e dependentes, restringidas às obrigações domésticas e zeladoras do lar.

O conceito de gênero vem sendo forjado nas últimas décadas como tentativa de se explicar as diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito à distribuição desigual do poder na sociedade. Trata-se de uma ruptura com os paradigmas biológicos relativo às diferenças entre os sexos, ou seja, a diferença entre homens e mulheres era vista como algo natural. Nesta perspectiva, discutir gênero é problematizar a desigualdade socioeconômica das quais as mulheres foram submetidas historicamente, o que tem contribuído para uma estreita relação entre as mulheres e a pobreza. Segundo Melo (2005, p.14), no mercado de trabalho, apesar da diminuição da desigualdade de gênero acontecida na década de 1990, não foram superados os obstáculos de acesso a cargos de chefia, bem como permanecem ainda diferenciais de rendimentos entre os dois sexos.

Uma das preocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é exatamente na luta pela defesa de igualdade de Gênero. Nesse sentido, de acordo com este mesmo Movimento,

Discutir gênero é falar do ser humano feminino e masculino, que são ao mesmo tempo fortes e frágeis. É mostrar que é possível garantir a igualdade entre homens e mulheres, tanto na vida social quanto pessoal, respeitando as diferenças. Preocupa-nos estabelecer novas relações de poder e não apenas número de mulheres no poder. (MST, 2001, p.146).

Evidencia-se, portanto, que o setor de gênero é uma busca pela cooperação entre homes e mulheres na construção de novas relações políticas, socioeconômicas dentro dos Assentamentos de forma solidária e coletiva. Nesse sentido, o setor de gênero diferencia-se dos movimentos feministas clássicos, que segundo Gonh (2008, p. 136) “tinham como reivindicação a luta pela igualdade de direitos, como por exemplo, ao voto e ao trabalho, nos séculos XVIII, XIX e início do século XX”. Entre as décadas de 1960 1980, ampliam-se as lutas feministas e trazem à tona questões relacionadas à sexualidade, costumes, enfim, a liberdade do corpo.

A discussão sobre gênero vai além do movimento feminista, pois perpassa as reflexões de classe social, etnia, sexualidade, movimentos sociais diversos, entre outros. Numa sociedade que ainda cultiva o patriarcalismo, na figura do homem como provedor e guardião da família, que tem um sistema capitalista extremamente excludente, tudo que foge do estereótipo “homem branco”, heterossexual e rico, é discriminado por essa sociedade.

Na década de 1990, diante do novo cenário mundial com a política neoliberal, o modelo toyotista de produção e a conseqüente onda de privatizações, vivencia-se o aumento do subemprego, desemprego e a precarização dos operários. É neste cenário de desilusão que as mulheres assumem cada vez mais a responsabilidade de prover o lar. Devido às dificuldades históricas às quais foram submetidas, as mulheres são as primeiras a se mobilizarem para enfrentar a crise, tornando-se atrizes e sujeitos de sua própria história, como destaca Guérin (2005)

Tanto no Norte como no Sul, a pobreza feminina e as desigualdades entre sexos persistem. No Norte, as mulheres são mais fortemente

atingidas pelo desemprego; elas também ocupam mais empregos precários e mal pagos. No Sul, as mulheres são as primeiras a pagar os custos sociais dos planos de ajustes estrutural, das restrições orçamentárias públicas e de uma crise que nunca acaba. Cada vez mais elas assumem o estatuto de “chefe de família” e, no entanto, têm as maiores dificuldades em ocupar empregos assalariados; a única solução possível, o trabalho autônomo, não é menos delicado, pois elas têm também um acesso limitado à propriedade, às terras e ao crédito. (GUÉRIN, 2005, p. 11).

Assiste-se cada vez mais a uma ação conjunta dos Movimentos de Mulheres com o Estado com o objetivo de consolidar medidas de proteção à mulher e de buscar espaços de participação política da mesma.

As marchas das mulheres no século XXI, como por exemplo, a 1ª Grande Marcha Mundial das Mulheres – MMM, em 2001 que reuniu mais de 20 mil participantes; em 2003, a 2ª Marcha reuniu cerca de 40 mil pessoas; em 2005, a MMM lançou em São Paulo, no dia Internacional da Mulher, a “Carta das Mulheres para Humanidade”, com a presença estimada em 30 mil mulheres, de 16 estados brasileiros. Os Movimentos Populares também organizam marchas de mulheres, como por exemplo, Marchas das Helenas, no Amapá em 2008, pelo fim da violência contra as mulheres; a Marcha das Mulheres, organizada pelo MST; aprovação da Lei Maria da Penha, um avanço na luta contra a violência física sobre as mulheres. (GONH, 2008, p.157).

Desta forma, as mulheres até os dias atuais continuam conquistando uma série de direitos que procuram garantir a igualdade de gênero; porém, tomar como superada a influência que a relação patriarcal tem exercido sobre a sociedade é um grande equívoco. Podemos constatar isto nas diversas formas que a ordem patriarcal se materializa: no mercado de trabalho, onde a mulher é desvalorizada sendo remunerada inferiormente, mesmo que suas atribuições sejam as mesmas de um homem; na sua escassa participação em posições de liderança; “nas relações conjugais, quando a mulher acaba tornando-se constante alvo de agressões físicas cometidas por seu companheiro”. (PATRIACHA; PASTOR, 2011).

Inegavelmente, o MST tem avançado na luta para inclusão das mulheres em suas políticas socioeconômicas, com a criação de instituições, como por exemplo, o Coletivo Nacional da Mulher do MST, renomeado, em 1999, como Coletivo Nacional de Gênero. Tem como objetivo acabar com o abismo que ainda separa homens e mulheres dentro dos Assentamentos. De acordo com Gonh



[...] as mulheres dos assentamentos já tiveram inúmeros problemas para ter direito de propriedade dos lotes porque até pouco tempo atrás os registros eram para o “chefe de família”, cadastrando-se o homem – e para uma só pessoa. A mulher só era registrada na impossibilidade do marido ou no caso de cessão de direito – comum nos estados do Nordeste onde os homens migram para o Sul e deixam as mulheres cuidando das terras. (GONH, 2010, p. 97-98).

Nesse sentido, não há igualdade de direitos e as mulheres são consideradas coadjuvantes nesse processo de luta pela reforma agrária, como se elas fossem sombras, sem vozes, sem vontade própria que necessitam de um homem para serem percebidas pelo estado e pela sociedade. O patriarcalismo e o capitalismo ao longo da história naturalizaram de tal forma o espaço doméstico e privado como sendo por excelência, feminino e o espaço público, como sendo naturalmente masculino que muitas mulheres reproduzem esses valores. Mas o MST não está alheio a essa segregação e defende:

- a- Levar a discussão de gênero para o conjunto do MST e procurar mostrar a importância de se estabelecer novas relações de gênero para avançar na luta de classes
- b- Elevar o número de participação de mulheres na luta pela terra, pela reforma agrária e na construção de uma nova sociedade.
- c- Contribuir para transformar as relações de gênero no MST para que homens e mulheres sejam de fato sujeitos históricos.
- d- Motivar a construção de novas relações na família, militância e instâncias, baseadas em valores como respeito, solidariedade, igualdade, companheirismo. (MST, 2001, p. 147).

Dessa forma, o Movimento entende que também a luta pela igualdade de gênero é fator importante para a consolidação da cidadania, uma vez que se faz necessário romper com as estruturas não só socioeconômicas, mas, sobretudo, as ideológicas para que se possa avançar de forma coletiva e solidária. A criação do Setor Nacional de Gênero, em 2003, aponta para novas perspectivas em relação às novas relações de gênero dentro dos Assentamentos rurais e em toda sociedade. A educação tem um papel central nesse processo, principalmente a partir da perspectiva de educação do MST que discutiremos no próximo capítulo.

## 2.4 AS MULHERES DENTRO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Antes de se adentrar na discussão sobre a relação entre mulheres e Economia Solidária (ES), cabe de início abordar de forma sucinta as origens e as principais características da economia solidária. Segundo Paul Singer (2002, p. 24), “a economia solidária nasceu pouco tempo depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas da organização fabril da produção”. Ou seja, surge como alternativa à exclusão social típica do capitalismo que separa o trabalho manual do intelectual, no qual se valoriza o “ter” em detrimento do “ser”, decorrendo daí a desvalorização do ser humano. O trabalho fica reduzido ao mero emprego; o ser humano, tratado como mercadoria. A economia solidária opõe-se, exatamente a essa dicotomia, ao defender a emancipação do trabalho em relação à sua prisão mercantil.

Não se pretendeu fazer uma discussão em torno da evolução do conceito de economia solidária, mas adotou-se alguns conceitos defendidos por Paul Singer (2005), segundo o qual ela pode ser “pensada como um modo de produção ideado para superar o capitalismo”, pois ela é “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. (SINGER, 2002, p. 10). Como alternativa ao capitalismo – heterogestão, a ES - autogestão<sup>9</sup> - necessita de que as pessoas que dela fazem parte, formadas no capitalismo, sejam reeducadas para que haja mudanças de valores bastante arraigados e impregnados de práticas competitivas e que levam a exclusão. A superação desta ideologia só será possível, como defende Singer (2005, p. 16), através de um processo educativo em que a ES seja em si um ato pedagógico, em que o “verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco”.

A ES apresenta-se como alternativa à economia capitalista, que tem como princípios básicos a propriedade privada e a acumulação do capital, concentração de renda e aumento da desigualdade social. Diante disto, “a Economia Solidária foi concebida como modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade

---

<sup>9</sup> A heterogestão é caracterizada por uma administração hierárquica, de cima para baixo, onde as decisões são tomadas de forma autoritária e os trabalhadores têm que acatar as decisões. A autogestão é caracterizada por uma gestão democrática, onde as decisões são decorrentes das assembleias de todos os sócios democraticamente.

em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna”. (SINGER, 2002, p. 14). Nesse sentido, percebe-se que o objetivo maior da Economia Solidária é valorização do ser humano. Além do mais, a ES tem um princípio pedagógico, pois se constrói na prática. No fazer e no agir, educadores e educandos aprendem juntos. Nos dizeres de Gadotti (2009, p. 36), uma formação política em ações solidárias requer “princípio pedagógico da reciprocidade e da igualdade de condições – exigências de todo diálogo verdadeiro – deve ser levado em conta, sobretudo na formação em economia solidária”. A luta em torno das conquistas sociais, como a terra, por exemplo, forja uma educação com valores solidários, coletivos e solidários, principalmente entre os grupos mais vulneráveis dentro do capitalismo, entre eles os das mulheres.

Diante da exclusão que historicamente são submetidas, as mulheres são frequentemente as primeiras atrizes das práticas da economia solidária e dos empreendimentos solidários. Desta forma, estes “oferecem uma oportunidade inédita para avançar na luta contra as desigualdades entre sexo”. (GUÉRIN, 2005, P. 13) e “[...] distinguem-se dos empreendimentos capitalistas porque têm uma gestão democrática, reações intersubjetivas de trabalho, participação cidadã, mutualismo, respeito aos direitos sociais e trabalhistas [...]” (GADOTTI, 2009, p. 31) e despertam nos indivíduos que deles participam um novo comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição. (SINGER, 2005, P. 14). As práticas solidárias funcionam como atos pedagógicos, na medida em que as pessoas envolvidas nessas experiências aprendem com suas próprias práticas cotidianas. É a economia solidária como práxis pedagógica, num processo de ensino aprendizagem em busca de mudanças nas relações de gênero seja nas áreas urbanas ou rurais.

Segundo Guérin, (2005, p. 15), as iniciativas de grupos de mulheres surgem nos países do Norte a partir do desemprego, exclusão, decorrência da crise dos Estados – providências; Já nos países do Sul, “a insegurança alimentar, e a não satisfação das necessidades elementares em torno de saúde, de educação”, entre outros serviços públicos.

Dentro dos Assentamentos rurais são comuns empreendimentos solidários liderados por mulheres, como por exemplo, hortas comunitárias, avicultura, artesanato, caprinocultura, entre outros. Tais empreendimentos são de fundamental

importância para a elevação da autoestima das mulheres que deles participam, não só no sentido da renda, mas, sobretudo, na valorização do seu trabalho, na formação do altruísmo feminino, ou seja, solidariedade.

A economia solidária apresenta-se, assim, como uma possibilidade real de enfrentamento ao capitalismo, à educação burguesa, hegemônica, que tem excluído, grosso modo, um número alarmante de pessoas no mundo todo, principalmente na América Latina, sobretudo, quando se trata das diferenças entre homens e mulheres. Mas os movimentos sociais, em suas organizações, vêm lutando para a superação das discrepâncias sejam elas econômicas, sociais, políticas que se articulam na construção de uma sociedade mais justa e humana. A economia solidária, como base de fundamentação dos empreendimentos solidários, exige dinâmicas grupais participativas, dialógicas e uma educação que desenvolva os saberes populares e emancipatórios.

Para que haja de fato uma igualdade real, as mulheres necessitam mais do que atividades geradoras de renda, pois elas enfrentam três obstáculos, a saber: “o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e, por fim, a desigualdade na divisão das obrigações familiares” (GUÉRIN, 2005, p. 17). A economia Solidária apresenta-se como possibilidade de enfrentamento destes bloqueios na medida em que assume um papel de justiça social, aproximando homens e mulheres na geração de renda. Além disto, contribui para que as mulheres tenham acesso à fala pública, pois estas agindo coletivamente em suas reivindicações poderão transformar as instituições, suas normas e legislações trabalhistas. Outra mudança está relacionada às desigualdades intrafamiliares em que homens e mulheres conciliem/partilhem melhor a vida familiar e profissional para que possam ter uma vida intermediária entre o privado/doméstico e o público, ou seja, para que as mulheres tenham, também, vozes nos espaços públicos.

No próximo capítulo, observou-se de que forma a educação, através da articulação entre Educação Popular e Educação de Jovens e adultos, contribui para a equidade de gênero dentro dos Assentamentos rurais do Cariri Ocidental Paraibano.

### **3 AS INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Neste capítulo pretendeu-se verificar de que forma a Educação Popular e a Educação de Jovens e Adultos se articulam na organização do trabalho das mulheres dentro dos Assentamentos rurais do Cariri Ocidental paraibano. Para tanto, se tomou como base o pensamento de Gramsci e Paulo Freire em relação à educação de adultos como possibilidade de ações transformadoras. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação Popular (EP) estão intimamente imbricadas, uma vez que a EJA é, em parte, resultado das reivindicações dos movimentos sociais para o acesso à escola que ainda tem como característica a exclusão de muitos educandos, além disso, os que dela se evadiram por motivos diversos, como necessidade de ter que trabalhar para ajudar no provento da família, não conseguindo conciliar trabalho e escola, etc.

Segundo Wanderley (2010, p.26-27), a Educação Popular se opunha à Educação de Jovens e Adultos na medida em que esta ainda está muito vinculada ao Estado, a uma educação funcional técnica e profissional resultado de vários programas estatais, como por exemplo: Escola Nova nos anos de 1930; Campanha de Educação de Jovens e Adultos em 1947; Plano de Educação Rural, 1948; Campanha de Educação de adolescentes e Adultos – CEAA; Campanha Nacional de Educação Rural – CNER; sistema Rádio Educativo Nacional – SIRENA; Movimento Brasileiro Rural – MOBRAL, entre outros que tinham como objetivo maior mostrar a eficácia do Estado brasileiro frente ao projeto desenvolvimentista, ou seja, a preocupação em “adestrar” os trabalhadores para as necessidades do mercado capitalista. Mas paralelamente a este projeto da EJA vinculado ao Estado, de acordo com Brandão (2008) há também:

Um trabalho de educação de jovens e adultos com um claro e assumido perfil de educação popular, em seus pressupostos e em suas práticas didáticas, continua sendo realizado por um número bastante significativo de entidades e de pessoas, de Norte a Sul do Brasil. [...]. Assim também, em vários setores de trabalho social, profissional ou voluntário junto a pessoas, famílias, grupos e comunidades de trabalhadores urbanos e rurais, seus praticantes se identificam como sujeito envolvido com alguma modalidade da educação popular. [...]. A troca de conhecimentos, valores,

sensibilidades e sociabilidades, que implica uma formação do sujeito aprendiz como um ator crítico, criativo, solidário e participante, recria e recobre a experiência de educação cidadã. [...]. (BRANDÃO, 2008, p. 35).

Na mesma linha de pensamento de Wanderley (2010), Gadotti (2011) assevera que os termos educação de adultos, educação popular são usualmente tidos como sinônimos, mas não o são. Desde o pós – Segunda Guerra Mundial, particularmente na América Latina, a educação de adultos tem sido tutelada pelo Estado, logo atende aos propósitos ideológicos deste. Em contra partida, a educação popular, não formal, está vinculada a instituições não governamentais, como igrejas, partidos políticos, movimentos sociais, onde houve omissão do estado e muitas vezes se organiza em oposição à educação de adultos oficial.

A partir da década de 50 e início dos anos 1960 intensificam-se os movimentos na defesa de uma educação democrática, capaz de promover a todos como sujeitos partícipes da história. Como defendia Paulo Freire “educação deve ter como objetivo maior desvelar as relações opressivas vividas pelos homens, transformando-os para que eles transformem o mundo”. Este modelo educacional defendido por Freire foi interrompido depois do golpe militar de 1964 que pôs fim a qualquer proposta de cunho socialista.

Paludo (2008) parafraseando Brandão (1985) refere-se à educação popular da seguinte forma:

Há diferentes formas de compreender o que é Educação Popular. Ela pode ser compreendida como educação das classes populares; como saber da comunidade/conhecimento popular; como ensino público. Entretanto, ela também pode ser compreendida como uma das concepções de educação das classes populares. É neste último sentido que se situa a contribuição de Paulo Freire. (PALUDO, 2008, p. 07).

Esta concepção de educação é inovadora no sentido de que tem como objetivo não apenas de preparar os estudantes para o mercado de trabalho, mas sobre tudo de perceber a realidade que os cerca, discutindo-a criticamente. Paulo Freire inicia então uma nova pedagogia que passa a ser conhecida como Pedagogia do Oprimido, da Liberdade, da Esperança. Ele entende que a educação deve acontecer através do diálogo entre educador e educando. A base da pedagogia de Freire é o diálogo libertador e não o monólogo opressivo do educador sobre o

educando. Há, portanto, uma crítica à educação “bancária”, na qual o professor é visto como o detentor do saber e simplesmente deposita seus conhecimentos sobre os alunos, vistos como uma tábua rasa, negando-se seus conhecimentos prévios, sua cultura, sua história de vida. A educação popular tem como um dos seus princípios a luta pela criação de uma nova epistemologia baseada no profundo respeito ao senso comum, das práticas cotidianas dos setores populares. “Problematizando esse senso comum incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário”, Gadotti (2011, p. 37).

É neste contexto que a Educação de Jovens e Adultos ganha mais destaque e um novo foco, principalmente com as experiências de Paulo Freire em alfabetizar jovens e adultos. Embora a EJA, muitas vezes, seja entendida apenas como uma ação compensatória àqueles, que por motivos diversos, inclusive históricos, não puderam frequentar a escola na idade adequada.

O fato é que a EJA enquanto política de Estado reproduz o mesmo mecanismo de exclusão da educação “regular”. Ou seja, não há articulação com as experiências e vivências dos educandos, originando novos processos incessantes de evasões, pois está a serviço da burguesia que mantém sua hegemonia sobre os oprimidos e não valoriza os saberes das classes sociais subalternas.

Segundo Mayo (2004, p.37), Gramsci entendia hegemonia como uma condição social na qual todos os aspectos da realidade social são dominados ou apoiam uma única classe ou grupo dominante. Ou seja, o Estado, a escola, as instituições civis estão do lado do grupo dominante, no caso, a burguesia, para manter seu projeto de desenvolvimento excludente. É essa educação alicerçada em valores burgueses, capitalistas que o MST vem combatendo, defendendo uma educação condizente com a realidade de homens e mulheres do campo. Para Gramsci, essa educação burguesa tira a capacidade do ser humano de ser sujeito de sua própria história. Mas a partir de atividades contra-hegemônicas é possível superar e avançar em busca de transformações sociais. Como por exemplo, poderíamos citar a educação a partir das práticas coletivas existentes dentro dos Assentamentos, ou seja, uma educação da práxis que tem como base a aprendizagem a partir da teoria e da prática, em um processo constante de ação e reflexão para a transformação. Ainda de acordo com Mayo (*op. cit.*), para Gramsci a contestação à hegemonia pode se dar na própria sociedade civil organizada.

O terreno no qual a hegemonia pode ser contestada é o próprio terreno que a suporta, a saber, o da sociedade civil, o qual é concebido como um lugar de luta. Ele argumentava que, por ser amparado pelas instituições da sociedade civil, o Estado não podia ser confrontado frontalmente por aqueles que aspiram transformá-lo para desenvolver um novo conjunto de relações sociais. (GRAMSCI *apud* MAYO, 2004, p. 40).

Apesar de ser marxista, Gramsci rompe com o modelo tradicional de luta, na medida em que ele defende não a luta armada, o confronto direto com Estado, mas uma reação dentro do próprio estado capitalista a partir de uma postura crítica da realidade. E a educação popular, a partir dos movimentos sociais, tem desempenhado um papel fundamental nesse processo de luta contra-hegemônica<sup>10</sup> (PEREIRA, 2013, p. 52). As pessoas envolvidas nesse processo de transformação social, Gramsci chamou de “intelectuais orgânicos”. De acordo com Mayo (2004, p. 43), em Gramsci “intelectuais orgânicos” são os intelectuais comprometidos com os grupos subalternos, que ajudam nas transformações sociais de forma coletiva. Dessa maneira, consideram-se homens e mulheres, que lutam e defendem uma sociedade mais justa dentro dos Assentamentos, que acreditam que trabalhadores e trabalhadoras podem crescer juntos, de “intelectuais orgânicos”.

De acordo com esse pensamento, na educação de adultos e na educação popular dentro dos Assentamentos, os educadores que se engajam no projeto educacional contra-hegemônico, ou seja, que apóiam e lutam por uma educação humanista, libertadora, devem ser entendidos como intelectuais orgânicos. Assim como as mulheres que anseiam e lutam por participação política também o são.

A Educação Popular nasce dentro dos Movimentos dos Trabalhadores e dos Movimentos Populares e tem uma forte relação com o projeto de sociedade dos mesmos. São práticas que partem de um ponto de vista de profundo respeito aos saberes que os trabalhadores trazem da suas práticas cotidianas.

Entre os anos de 1940 e inícios dos anos 1960 do século XX surge uma nova postura epistemológica, uma nova maneira de pensar a educação de adultos.

---

<sup>10</sup> Na dinâmica contra-hegemônica, os intelectuais vinculados a este projeto e que se colocam na luta pela transformação social travam no campo da sociedade civil uma batalha de ideias contra a contaminação ideológica da burguesia, disseminada pelos aparelhos privados de hegemonia. Especialmente chamamos atenção para as práticas das instituições educativas favoráveis ao projeto capitalista e para a ação corrosiva dos meios de comunicação de massa a serviço da dominação e da indução ao ajustamento no sistema.



É nesse contexto que a EJA define-se como um espaço próprio. Tanto no universo de discussões teóricas como nos Movimentos de EP tencionando as ações governamentais no sentido de sua efetivação como educação pública traduzida em ações pedagógicas que ensaiam para a possibilidade de superação da rigidez e do formalismo da instituição escolar burguesa. Ou seja, as teorias de Paulo Freire ajudam nesse novo sentido em que é dada a educação enquanto prática de libertação. Uma educação voltada para a realidade em que os jovens estão inseridos, contrapondo-se à educação “bancária” em que os educandos não são sujeitos, mas objetos no processo educativo. A educação numa perspectiva crítica não nasce no bojo da educação oficial, mas dos movimentos sociais que subverte a lógica da educação burguesa. A Educação Popular parte do pressuposto de que o trabalho, como princípio educativo pode ter um efeito formador. Desta forma, o processo de luta das mulheres dentro dos Assentamentos, desde as reivindicações pelo acesso a terra, tem contribuído para inserção destas na organização política e econômica nos assentamentos.

Paulo Freire é um divisor de águas na educação brasileira, não que ele tenha inventado um método, mas no sentido de ter causado uma ruptura no enfoque dado pela educação tradicional, ou seja, coloca o oprimido como sujeito da sua própria libertação dentro de um processo dialético nunca concluso.

Segundo Brandão (1995, p.), “a Educação Popular é a dimensão pedagógica do próprio Movimento Popular, e o processo de produção do saber é pedagogicamente mais importante do que o seu produto”. Logo, para a Educação Popular, é mais importante a compreensão de como as pessoas socialmente se organizam para produzirem e como vivem as experiências criadoras de conhecimentos. Desse modo, o processo de ensino aprendizagem não pode desconsiderar a realidade material, histórica e cultural dos educandos. Daí decorre a importância da Educação Popular como caminho para reescrever a realidade dos oprimidos, de ouvir e repensar como é que o povo se diz e se vê a si mesmo através de organizações coletivas e se emancipa através destas, tais como associações de bairros, de costureira, entre outras.

### 3.1 A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA POLÍTICA

Falar sobre educação popular é refazer um processo histórico pautado nas lutas das camadas sociais menos favorecida em busca de uma sociedade mais justa, igualitária e humana. É mergulhar no projeto de educação defendido por Paulo Freire que acreditava que a educação popular poderia “reacender a chama da esperança” nas classes sociais frente à globalização e exclusão.

É no cenário do pós-segunda Guerra Mundial, com a redemocratização que as ideias liberais voltam a ganhar fôlego na Europa, com o fim dos regimes totalitários, e no Brasil, com o fim do Estado Novo. Tal ideário democrático atravessa os anos de 1950 e início dos de 1960, com a proposta pedagógica de Freire, dando origem aos trabalhos da educação popular de forma mais sistemática, sendo interrompido a partir do golpe dos militares em 1964. Com a reabertura política na década de 1980 e com a emergência do neoliberalismo nos anos de 1990, as críticas ao modelo social, em seus vários aspectos, ganha fôlego, principalmente com o MST que reivindica uma educação baseada nos princípios de coletividade, solidariedade e justiça social. Desta forma:

A Educação popular nasceu fora da escola, no seio das organizações populares, mas seus princípios e sua metodologia, com bases emancipatórias, tiveram uma repercussão tão grande na sociedade que acabaram cruzando fronteiras e os muros das escolas, influenciando práticas educativas, tanto as que acontecem nos espaços escolares, como as que ocorrem em outros espaços educativos, como nos sindicatos, nas ONGs, Associações de Moradores, Reuniões do Orçamento Participativo (OP), nos conselhos populares etc. Seus desafios não são pequenos nos dias atuais. (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p. 73)

Nesse sentido, entende-se que a educação popular acontece coletivamente no seio das organizações, como sindicatos, associações diversas, cooperativas, assentamentos e que suas práticas e metodologias acabam influenciando as práticas educativas da educação dita formal, como as escolas. Ou ainda, como defende Arroyo (2003, p. 30) desde a década de 50, a exclusão brutal de setores populares provocou reações e mobilizações pela inserção social, pelo direito à cidade, aos bens e serviços públicos, como saúde e educação. De fato, a educação popular traz uma possibilidade de retomarmos ao debate proposto por Paulo Freire

acerca da conscientização, da compreensão da realidade e de nossa ação no mundo. É falar de uma práxis educativa cujo ponto de partida é a realidade social. Ou seja, os sujeitos envolvidos diretamente nesse processo educativo reivindicam para si a capacidade/possibilidade de desenvolvimento de dentro para fora, a partir de leitura de mundo. Através de suas vivências transformam a realidade no aprender fazendo, na concretude de suas ações, fugindo assim da ideia de fatalismo histórico a qual foram induzidos a acreditar pela ideologia dominante de que seriam reféns do seu próprio destino. Suas ações, portanto, têm um caráter político, haja vista que:

A educação popular explicita o lado político da educação e ganha um caráter de classe, na medida em que questiona a forma como as relações de poder que sustentam a sociedade capitalista reproduzem-se na educação bancária e que orienta as atividades para a construção de um projeto histórico nacional voltado para a criação de uma sociedade justa e igualitária, enfatizando a solidariedade de todos os setores que possam compartilhar esse projeto. Podemos dizer que “os projetos de Educação popular são os que implicam ao mesmo tempo maiores desafios e maiores potencialidades, tanto educacionais como sociais” (WERTHEIM apud PEREIRA; PEREIRA, 2010, P 74).

Desta forma, é por dentro das organizações sociais, dos movimentos populares que se encontra a mais completa tradução e prática da Educação Popular, tendo como característica o respeito à identidade e luta pela igualdade. Premissas estas, que conduzem ao crescimento humano, através da construção de espaços educativos capazes de reverter situações de exclusão as quais se encontram. Por isso, o MST tem a seguinte concepção de educação:

a- Educação não é sinônimo de escola. Ela é mais ampla porque diz respeito à complexidade do processo de formação humana, que tem nas práticas sociais o principal ambiente dos aprendizados de ser humano.

b- Quando dizemos projeto de educação do MST, estamos nos referindo à combinação entre a luta pelo acesso à escolarização e o processo de construção de uma pedagogia adequada aos desafios da realidade específica onde atuamos e do projeto social e histórico mais amplo que nos sustenta. (MST, 2001, p. 126-127)

Neste caso, percebe-se que a prática de educação se faz mais forte especialmente entre os Movimentos Sociais, devido a suas particularidades,

referentes à dinâmica coletiva que orienta suas ações e confere a necessária postura de resistência e esperança frente aos obstáculos. De acordo com Brandão (FREIRE; NOGUEIRA, 2011, p. 17) fica evidente a defesa de que os populares criam soluções para os seus diversos problemas e o grande desafio do cientista, do intelectual está em absorver a criatividade, as soluções populares, problematizando sua própria realidade. Problematizando neste viés a realidade, o oprimido passa a ser um sujeito em processo de permanente libertação e este é o grande desafio da educação popular. Cabe, portanto, ao cientista, ao professor, perceberem nas lutas de vida dos populares um saber, um conhecer e que o papel da escola não se resume à transferência de conhecimento, como se faz na educação “bancária”, mas na própria libertação dos sujeitos nela envolvidos, ou seja, educação como prática política.

Daí a reivindicação do MST por uma educação no campo e do campo, ou seja, não basta construir escolas nos Assentamentos, elas têm que ter uma pedagogia voltada para atender as necessidades dos assentados, seja na superação da desigualdade, social, de gênero, seja na (re)construção dos seus saberes cotidianos em conhecimento científico. De forma que a educação popular tem como propósito maior a humanização da sociedade. Nesta perspectiva, Wanderley (2010), assevera sobre o MST:

[...] em suas propostas, ele quer resgatar as contribuições de Paulo Freire e utiliza sua visão como bandeira nos objetivos da sua proposta educativa: educação para transformação social; educação de classe, massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para ação, aberta para o novo; educação para o trabalho e a cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana [...]. (WANDERLEY, 2010, p. 24).

É partir das experiências de vida, de suas lutas que o povo, no caso, o MST, busca uma educação capaz de transformar a realidade, trata-se, portanto, de uma educação para transformação social. Pautando-se em suas lutas dentro dos assentamentos, as mulheres assentadas reivindicam uma educação formal que contribua para uma conscientização coletiva, amparadas em novos valores, em uma nova ética de solidariedade que rompa com a concepção hegemônica de sociedade, ou seja, patriarcal e capitalista. Desta forma, a educação popular apresenta-se como contra-hegemônica e seus agentes, educadores populares, movimentos sociais,

entre outros, como “intelectuais orgânicos”, pois lutam por tais mudanças. Seria ingenuidade, entretanto, acreditar, que as práticas ideológicas dominantes desaparecem repentinamente entre os assentados, haja vista que o individualismo ainda é bastante comum, devido à eficácia da propagação do ideário capitalista. Por isso, segundo Pereira (2013, p. 191) “nos assentamentos há tendência à reprodução das relações de interesses hegemônicos, dado que as estratégias de dominação da classe dominante fragilizam os espaços de resistência ao capitalismo”. A superação do modelo hegemônico requer necessariamente uma educação que conscientize os sujeitos diretamente envolvidos nesse processo de luta, para que tenhamos de fato uma sociedade mais igualitária, mais humana, que faça uso dos recursos naturais de forma sustentável. Por isso, uma educação no e do campo é de fundamental importância para a superação das resistências às práticas coletivas. A partir do trabalho associado, os trabalhadores e trabalhadoras desenvolvem um grau de consciência que lhes impulsionam a lutar por um mundo melhor, e a formação de um novo ethos<sup>11</sup>, (ADAMS, 2010, P. 32), uma nova forma de articulação solidária, humana, justa e consciente.

---

<sup>11</sup> O ethos, quando se refere a estilo de vida e ação, pode significar costume, quando refere-se à disposição constante para agir de uma determinada maneira, pode ser entendido como hábito. Desta forma, o ethos possibilita uma forma rica de compreensão da formação dos sujeitos envolvidos em práticas de trabalho associado ou outras, tornando-se uma referência que atribui sentido a todas as aprendizagens.

## 4 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos que orientam essa pesquisa desde a revisão bibliográfica, pesquisa de campo à discussão dos dados trilharam os seguintes caminhos: para leitura dos autores que dão suporte teórico-metodológico à pesquisa, usou-se como recurso a técnica do fichamento. Segundo Martins Júnior (2012, p. 227), esse recurso “consiste em armazenar em fichas informações relevantes para a pesquisa, muitas vezes de difícil acesso, evitando assim a necessidade de recorrer novamente à obra original”. Com esse recurso, o pesquisador tem a oportunidade de acessar, sempre que necessário, os conteúdos centrais de sua pesquisa de forma rápida e eficaz.

Para pesquisa de campo, utilizou-se como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada que permite uma maior abertura entre o pesquisador e os sujeitos entrevistados sem, no entanto, haver influência daquele sobre a opinião destes. Como argumenta Richardson (1999, p. 96), “o pesquisador deve evitar influenciar os entrevistados de maneira que possa distorcer seus comportamentos ou declarações”. O roteiro da entrevista semiestruturada está relacionado com o tema da pesquisa que por sua vez se alicerça em hipóteses e teorias apresentadas na revisão bibliográfica.

A leitura bibliográfica foi direcionada na perspectiva do materialismo histórico e dialético<sup>12</sup> (RICHARDSON, 1999, p. 44) com leituras de Freire, Singer, Carlos Brandão, Gadotti, Miguel Arroyo, Paludo, Peter Mayo, Adms, entre outros dão suporte teórico-metodológico a presente pesquisa. Bebem na fonte marxista em suas análises socioeconômicas e vêem o mundo material e social em processo constante de movimento. O desafio do pesquisador é transformar a realidade concreta em condição teórica de forma que possa explicar o mundo material. Como argumenta Richardson (2009, p. 92). “O movimento dialético da realidade objetiva problematiza essa relação entre realidade objetiva e nossas tentativas para representá-la no conhecimento”.

---

<sup>12</sup> De acordo com Marx e Engels, materialismo significa que o mundo exterior existe independente da consciência. Dialética é a investigação das contradições da realidade, que tem forças propulsoras capazes de superar a mesma. Ou seja, uma tese sempre vem acompanhada de uma antítese, do confronto das duas anteriores, têm-se uma síntese, superior as anteriores

Como se trata de um estudo de caso optou-se pela agrovila Lajinha no Assentamento Zé Marcolino, Município da Prata – PB como lócus da pesquisa. De acordo com Pereira (2013), o Assentamento Zé Marcolino, antiga Fazenda Serrote Agudo, está localizado nos municípios de Sumé, Prata e Amparo. Essa área foi desapropriada para fins de reforma agrária, em julho de 2001 e conta com três agrovilas: *Lajinha*, no município da Prata, *Formigueiro*, Município de Sumé, *Macacos*, Município de Amparo. A área está localizada a 38 km da cidade de Sumé, 13 Km da cidade da Prata, 5 km da cidade do Amparo e aproximadamente a uma distância de 290 da capital do Estado, João Pessoa. Situa-se no limite entre os três municípios do Cariri, contando com uma área de 2.356,72ha, na qual habitam 86 famílias. Cravado na região do semiárido do Cariri Ocidental, o Assentamento sofre com os baixos índices pluviométricos que, segundo Caniello; Duquê (2006) variam entorno dos 400mm anuais, seu clima se caracteriza por elevadas temperaturas (médias anuais em torno de 26C<sup>o</sup>), além dos problemas socioeconômicos decorrentes ainda da concentração fundiária desde o período colonial.

Como universo de amostra não probabilística da pesquisa, realizou-se um total de cinco entrevistas com os moradores e moradoras do referido Assentamento, de acordo com os critérios preestabelecidos. Com exceção de um dos entrevistados que não reside no Assentamento, mas presta assistência técnica, pois é técnico do projeto D. Hélder Câmara, parceiro na elaboração de projetos para região do Cariri paraibano, em especial para os Assentamentos. Dos entrevistados, dois são do sexo masculino e três do feminino. Além do técnico que já mencionamos, o outro entrevistado foi o atual presidente da associação do Assentamento. As mulheres entrevistadas, duas são professoras no referido Assentamento e a outra é ex-presidenta da associação. As entrevistas seguiram um roteiro previamente estabelecido, mas novas perguntas eram formuladas de acordo com as falas dos entrevistados, haja vista que na entrevista semiestruturada o roteiro não é fechado a priori.

Como procedimento metodológico adotou-se a pesquisa qualitativa, uma vez que esse método tem como propósito compreender os fenômenos em profundidade, trabalhando numa perspectiva descritiva e interpretativa. A pesquisa qualitativa observacional busca compreender os fenômenos em profundidade. Segundo Strauss (2008, p. 23), "é qualquer tipo de pesquisa que produz resultados não

alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação”. Nesse tipo de pesquisa, os participantes interagem com o pesquisador, podendo nortear os caminhos da pesquisa e, ao invés de dados estatísticos ou regras preestabelecidas, prioriza a qualidades das informações. Por isso, não se teve análise de dados com estatísticas, gráficos, entre outros, mas sim uma discussão dos dados a partir da revisão bibliográfica e do método dedutivo que parte das leis e teorias e prediz ocorrências de fenômenos particulares.

Para coletar os depoimentos junto às pessoas foi utilizado um conjunto de técnicas tais como: A) Entrevista semiestruturada; B) Observação participante (a medida do possível conforme a dinâmica do movimento e da pesquisa) em momentos privilegiados como reuniões, eleições, atos religiosos, etc. segundo Richardson (1999, p. 90.), “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, (...)”

As entrevistas com os sujeitos da pesquisa foram gravadas em áudio e transcritas de forma fidedigna sem correção gramatical. Foram organizadas e categorizadas de acordo com os objetivos da pesquisa, ou seja, a formação política a partir da educação conduzida pelos movimentos sociais, organização coletiva, a inserção das mulheres nas políticas dentro do Assentamento.

A pesquisa é de natureza descritiva e explicativa. Segundo Figueiredo (2005, p. 144), “a finalidade da pesquisa descritiva é a descrição das características de determinado fenômeno ou população”, sem nela interferir, apenas procura reconhecer e interpretar a realidade. Já a pesquisa de natureza explicativa, de acordo com o aludido autor, “tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.



## 5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 5.1 MULHERES VENCEDORAS: A FORÇA DAS MULHERES AGRICULTORAS NO ASSENTAMENTO RURAL ZÉ MARCOLINO

A denominação “mulheres vencedoras” já é por si só bastante emblemática para representar as mulheres do Assentamento rural Zé Marcolino, agrovila Lajinha município de Prata, Paraíba, lócus da pesquisa. Neste capítulo, pretendeu-se fazer uma análise das falas de nossos/as entrevistados/as, dialogando com os autores que dão sustentação teórica a presente pesquisa para defesa da tese de que a matriz pedagógica da educação popular conduzida pelos movimentos sociais contribuiu para a inserção das mulheres nas relações sócio/políticas e de trabalho nos Assentamentos rurais do Cariri Ocidental paraibano.

Durante a pesquisa, constatou-se que as mulheres desempenham um papel importante nas gerências dentro do Assentamento. Aliás, a primeira diretoria da associação teve uma mulher como presidenta. Mas não foi fácil enfrentar os desafios, tais como: a resistência dos homens e das mulheres para que elas fossem inseridas nas discussões políticas e assumissem postos de lideranças, como nos relatou a primeira presidenta da associação. Segundo ela, no início foi muito difícil, pois muitos maridos não entendiam e não aceitavam que suas esposas participassem de qualquer reunião para discutirem questões referentes aos problemas da comunidade. “Eu me lembro que a gente tava numa reunião uma vez, aqui no salão comunitário, na reunião de grupo de mulheres<sup>13</sup> e um senhor chegou e botou a mulher para casa, disse - ‘vá para casa que isso aqui não tem futuro não’”

Esta reação, por parte de alguns homens e até mesmo de algumas mulheres, está relacionada ao modelo de sociedade patriarcal que já abordamos anteriormente. Felizmente, dentro dos Assentamentos, com a criação do setor de

---

<sup>13</sup> O grupo de mulheres “As Vencedoras” foi criado desde 2002. Trata-se de um grupo muito engajado e que já travou muitas lutas, inclusive contra o preconceito. “Na realidade todas as lutas travadas aqui são das mulheres, desde a questão da luta pela energia, de projetos, a questão da escola que a gente conseguiu, bateu o pé e conseguiu a escola. A gente passou por muita coisa ruim, mas também já superou. Hoje a gente vive muita coisa boa dentro da escola. A diretoria do assentamento, a maioria é composta por mulheres, quer dizer a gente tenta inserir as mulheres em tudo dentro do assentamento. Tudo que tem começa pelas mulheres” (ex- presidenta da Associação do Assentamento Zé Marcolino).

gênero no MST, através de um processo de conscientização, vem conseguindo mudar tais concepções discriminatórias. E, certamente, as relações coletivas, as experiências vivenciadas durante a construção da agrovila, a luta em busca dos benefícios contribuiu muito para quebrar velhos paradigmas socioculturais.

Como se defendeu ao longo deste trabalho, a educação popular permeia vários espaços do cotidiano que se articula para a transformação social dos sujeitos envolvidos neste processo de luta. No caso específico dos assentados, que têm a formação política a partir das matrizes pedagógicas do MST que apontam para uma perspectiva política do realismo utópico<sup>14</sup> (WANDERLEY, 2010), em busca da solidariedade entre homens e mulheres para transformação social. Esse nexos de sonho e realidade é concebido pelo aludido autor da seguinte forma:

Realismo porque está ciente de grande parte das causas da situação em que os povos vivem, na qual enormes contingentes populacionais morrem; causas geradas por mudanças contínuas do capitalismo e fortalecidas pela globalização hegemônica... ciente dos limites, contradições, transformações, com efeitos positivos e negativos que as situações mundiais demonstram. É preciso, pois, aprender – a conhecer, a fazer, a viver junto, a ser – sempre com maior empenho e vontade política para melhor resistir, denunciar, propor. Utópico, tentando compor os sonhos de asas e raízes, traduzindo o inédito-viável freiriano em todas as latitudes e longitudes, detectando os sinais dos tempos, antecipando metas e caminhos. (WANDERLEY, 2010, p. 117).

Em Freire, o inédito - viável é a crença na utopia e no sonho possível. Dentro dos Assentamentos o sonho começa pela conquista da terra, entretanto, os sonhos não acabam aí como podemos perceber no relato da professora e moradora do Assentamento Zé Marcolino:

*Eu acho que quando a terra é conquistada você conquista uma parte daquele sonho. A terra é o começo, o resto vem depois. Tem uma frase que diz que a terra é de quem planta, então você tendo a terra tem que ter o cuidado de fazer aquela terra produzir para que sua*

---

<sup>14</sup> O conceito *realismo utópico* foi forjado por Luis Eduardo Wanderley. A princípio os termos realismo e utópico pode nos parecer contraditório, haja vista que realismo está ligado à concretude, ao possível, já utópico remete aos sonhos, lugar que não se alcança. Entretanto, realismo e utópico trazem em si um nexos para possibilidades, esperanças de transformar o hoje em um futuro de realizações.

*vida também possa produzir junto com a terra, por isso a conquista da terra é só o começo do sonho.*

As metas e os caminhos traçado pelo o MST são no sentido de proporcionar ao homem e às mulheres do campo e ao assentado a perspectiva de uma vida melhor pautada na solidariedade, no fazer junto, na união como relatou uma moradora do referido Assentamento:

*A gente antes só vivia daquele pedacinho de terra que a gente tinha, quando veio a questão da reforma agrária, a questão do assentamento, e a gente passou por várias formações, por várias capacitações onde a gente foi aprendendo, foi buscando e começou a colocar em prática as políticas públicas, os projetos, a questão do assentamento, a luta pela terra foi desenvolvendo a comunidade e empoderando, né? Para que eles tivessem acesso, sem depender de política partidária, sem depender de ninguém*

Logo, percebe-se que a luta pela terra prepara o assentado para uma perspectiva de trabalho e organização coletiva, além do mais aponta possibilidades para uma parceria entre homens e mulheres que antes não havia. Tal empoderamento, a qual se refere nossa entrevistada está relacionado à aquisição de uma conscientização crítica da realidade, como alternativa para a superação das dificuldades em que os sujeitos estão inseridos, possibilitando traçar caminhos e projetos para superação das injustiças que historicamente foram submetidos.

Em Freire (1979, p. 15), “a conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens”. A ação, o fazer coletivo, as lutas reivindicatórias têm despertado esta reflexão crítica nos moradores do Assentamento em busca da superação de suas dificuldades. Para que haja ação é preciso que haja utopia.

Ainda, segundo a nossa entrevistada, a superação das dificuldades passa por várias etapas ou degraus [...] *“primeiro a gente conquista a terra, depois vem o degrau de viver da terra, depois de como se manter na terra? Aí é uma luta constante, a cada dia.”*

Percebe-se uma conscientização adquirida a partir da reivindicação pela terra. Da realidade em que se vive pode-se ter uma outra visão do mundo desvelada da própria experiência, nos dizeres de Freire (idem) “Quanto mais conscientização,

mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo”. Ou seja, conhecer e tomar consciência da própria realidade para poder superá-la criticamente.

A formação vem não só pelo MST, mas também por ONGs como a Cunhã<sup>15</sup>, CM8 (Centro das mulheres 08 de março). A FIDA (Federação Internacional de Desenvolvimento Agrário) também trabalha em parceria, Juntamente, com o projeto D. Helder Câmara no fomento de políticas públicas de apoio aos Assentamentos, em especial às mulheres, como nos revelou o supervisor local do projeto D. Helder Câmara da unidade do território do Cariri Ocidental da Paraíba. Segundo ele:

*O projeto D. Helder trabalha da seguinte forma: é feito todo um planejamento anual nas comunidades. Todo ano é feito um planejamento, e as demandas que nós trabalhamos surgem a partir dos planejamentos, então saem demandas para as mulheres, onde nós temos duas parceiras: o CM8 (Centro das mulheres 08 de março) e a Cunhã, então elas fazem esse trabalho com o grupo de mulheres, para fortalecer as atividades com as mulheres. A cunhã é uma ONG que tem sede em João Pessoa.*

A Cunhã em parceria com CM8 desenvolveram entre os anos de 2010 e 2011 dois projetos junto às mulheres do semiárido do Cariri Ocidental paraibano: “*Semeando gênero no Cariri paraibano*” que tem atuação na área de: gênero, trabalho, geração de renda e autonomia econômica das mulheres; e o projeto “*Hortas Orgânicas Comunitárias*”, que tem como área de atuação: segurança alimentar, produção de renda e organização comunitária, tendo como público alvo as mulheres rurais do semiárido Ocidental da Paraíba.

Os projetos são desenvolvidos de acordo com o potencial econômico da comunidade. Por exemplo, em nossa região é muito forte a renda renascença, mas

---

<sup>15</sup> O nome *Cunhã* tem origem indígena e significa mulher na língua tupi e inspirou algumas mulheres que se identificavam com o ideário feminista – psicólogas, pedagogas, jornalistas e professoras universitárias, a fundarem a associação em 1990. O principal objetivo era desenvolver trabalhos na área de produção teórico-metodológica, pesquisa, formação e assessoria, visando resgatar a identidade da mulher, tendo *saúde* como viés principal das ações. A principal motivação era contribuir com a mudança nas relações de gênero, elaborando propostas de intervenção nas políticas públicas voltadas para as mulheres, colaborar com a formação de grupos de mulheres populares urbanas e rurais, e de profissionais e instituições (sindicatos, órgãos públicos e privados, associações, entidades, escolas e universidades) envolvidos/as em trabalhos sobre a questão da mulher. (Disponível em: <http://cunhanfeminista.org.br/>, 19/09/2013)

no caso do Assentamento Zé Marcolino, a caprinocultura leiteira é de longe a atividade econômica mais promissora. Isso se explica pela fácil adaptação ao semiárido e pelo fato dos caprinos serem de pequeno porte e a alimentação se consegue mais facilmente na caatinga se comparadas com os bovinos, além do mais facilita o manejo por parte das mulheres.

A horta orgânica comunitária foi outro projeto bastante exitoso até o ano de 2011, quando a escassez de chuvas em nossa região interrompeu o trabalho das mulheres no cultivo de hortaliças. Segundo os relatos dos nossos entrevistados, a produção da horta orgânica comunitária era vendida na feira livre da cidade de Prata, o que gerava uma renda extra para as mulheres. A importância desta horta ultrapassa a questão econômica no sentido de que ela estava organizada de forma coletiva e solidária, que tem como um de seus princípios a sustentabilidade<sup>16</sup>.

Outra preocupação entre os assentados é em relação à coleta do lixo na agrovila. Segundo a professora do Assentamento, já existe um projeto para coleta seletiva e, conseqüentemente, a reciclagem para produção artesanal. Percebe-se que há uma consciência da necessidade de se preservar o meio ambiente e ao mesmo tempo gerar renda com a reutilização do lixo. A prefeitura municipal se comprometeu de ajudar, mas que até o momento não deu nenhuma contrapartida para viabilizar o projeto, que requer entre outras atividades, cursos de artesanatos para os assentados.

Enquanto a parceria com a prefeitura não acontece, as professoras da escola do Assentamento estão elaborando um projeto para construção de uma “horta suspensa”<sup>17</sup> em torno da escola. A escolha deste tipo de horta se justifica pelo fato de se utilizar menos água para irrigar as plantas. No dia em que fizemos uma

---

<sup>16</sup> Adotou-se neste texto o conceito de sustentabilidade, defendido por ARROYO (2006), baseado em princípios de equidade e de respeito aos direitos humanos, visa à construção de novos padrões de consumo e produção que sejam capazes de favorecer uma ética ecológica que garanta a preservação da vida hoje e para gerações futuras.

<sup>17</sup> A “horta suspensa” faz parte do projeto da professora de matemática que faz especialização no INSA (Instituto Nacional do Semiárido) em Campina Grande. A especialização é voltada para educadores/educadoras que trabalham em escolas dos Assentamentos. Tem os seguintes objetivos: Resgatar o conteúdo histórico, as lutas para implantação do Assentamento; Desenvolver autonomia na comunidade; Desenvolver projetos, formas de cultivos sustentáveis, etc. “Temos que desenvolver um projeto na comunidade, então, pensei fazer uma horta suspensa juntamente com os alunos. A gente usaria garrafas pet, adubo orgânico e todo material reciclável da escola.” Segundo a professora, só falta cercar a área em torno da escola e adquirir uma caixa d’água para irrigar a horta. Ideia é que os próprios alunos façam a horta, dessa forma eles viveram essa experiência, desenvolvendo assim a solidariedade, consciência ecológica e terão uma aprendizagem a partir da prática de forma interdisciplinar. (professora de matemática do Assentamento Zé Marcolino)

visita ao assentamento, os educandos estavam assistindo à aula de como fazer adubo orgânico com um técnico da EMATER. Primeiro eles tiveram uma aula teórica, depois foram aprender na prática, conforme as imagens dos apêndices.

O objetivo do projeto com a horta é reutilizar o material orgânico e produzir uma alimentação saudável, uma vez que não serão utilizados produtos tóxicos. Essa atitude, por mais simples que possa parecer, contribui para criar junto às crianças uma formação política crítica, um novo ethos e novos princípios baseados em solidariedade e respeito à natureza.

## 5.2 “A GENTE BATEU O PÉ E DISSE: QUEREMOS UMA ESCOLA DO CAMPO”

Essa frase dita pela ex- presidenta do Assentamento evidencia o empoderamento político dos assentados a partir de suas lutas, do processo formativo do MST em busca de melhorias para todos. A defesa de uma escola no campo e do campo tem sido uma luta constante do MST para avançar na luta contra- hegemônica por uma sociedade mais justa e igualitária. Foi preciso romper os empecilhos da política hegemônica que padroniza a educação sem permitir que a escola/educação seja de acordo com a realidade dos sujeitos diretamente envolvidos no processo ensino/aprendizagem. A construção e o funcionamento da escola foi o resultado da união da comunidade e principalmente das mulheres que travaram uma verdadeira batalha hercúlea para ver o sonho da escola no Assentamento concretizado, como nos relatou a ex- presidenta:

*[...] a gente bateu o pé [...] foi uma luta do grupo de mulheres as vencedoras. Quando a gente viu a necessidade de ter uma escola, quando os meninos da gente foram estudar na rua e um dia perderam o ônibus e ficaram na rua, ninguém dava satisfação a gente. Quando uma menina daqui ia sofrendo um acidente no ônibus e essa situação levou a gente a se reunir, né? A gente se reuniu e foi atrás da secretária de educação do município, foi atrás do prefeito... e o projeto D. Helder tinha um pequeno recurso que era do fisco social e a gente saiu juntando para fazer a escola e o que foi que aconteceu? Quando a gente foi o 1º ano teve resistência de algumas pessoas da comunidade que não tinham filhos, não deixaram a gente fazer a escola num salão comunitário que existe aqui, aí eu sai da minha casa, fui morar num armazém, chamamos o promotor e a escola funcionou durante o ano na minha casa de forma improvisada,*

*enquanto a gente levantava o prédio da escola. Depois da luta de construir a escola, veio a luta de contratação dos professores e funcionários, agente tem professores que faz cinco anos que ta na escola e teve o contrato no nome dela a partir desse ano, durante quatro anos agente quem se virava para pagar. Teve também a questão das mães que sofreram chantagem com bolsa família, que a gente ia perder os anos que os alunos estudassem aqui. Teve muita coisa e a gente enfrentou muitas batalhas, mas as mulheres sempre de mãos dadas, sempre correndo atrás. Nunca ia só uma pessoa, sempre ia um grupo. Teve muito choro, mas hoje, graças a Deus...*

Essa resistência ao poder dominante Freire (1995) chamou de “manhas” dos oprimidos, “imunizações”, que as classes populares vão criando em seu corpo, em sua linguagem, em sua cultura”. A ideia de se construir uma escola no campo e do campo partiu da necessidade dos próprios assentados que defendem uma educação alicerçada em valores da comunidade.

A construção só foi possível porque o projeto D. Helder Câmara custeou parte dos recursos necessários para compra do material de construção. A outra parte foi conseguida com as doações. As mulheres se reuniram e conseguiram doações com alguns comerciantes da cidade da Prata. O poder municipal não contribuiu, pois defende que os educandos devem estudar na sede do município. Depois da aquisição do material, a escola foi construída em forma de mutirão pelos próprios moradores. As mulheres carregaram as pedras para fazer o alicerce e os homens construíram a escola. Foi realmente um trabalho coletivo e solidário.

Depois que a escola ficou pronta, veio o primeiro desafio: colocá-la para funcionar. O poder municipal se recusou a inserir a escola na rede municipal de ensino. Mas uma vez as mulheres se mobilizaram, formaram uma comissão e foram à 5ª região estadual de ensino na cidade de Monteiro. Depois de conversarem com o gerente regional de ensino, a escola foi vinculada à escola Estadual da Prata e passou a funcionar como um anexo desta. Mas os problemas não terminaram, pois faltava material didático, mobília, merenda e funcionários. Além do mais, a diretora morava na cidade e, segundo nossas entrevistadas, não tinha nem vínculo com o Assentamento. As mães dos alunos passaram então a doar a alimentação e elas mesmas cozinhavam. As professoras trabalhavam voluntariamente e a escola continuou funcionando. Recentemente foi que as professoras e os funcionários conseguiram ser contratados pelo Estado e recebem seus vencimentos em dias.

Elas também conseguiram material didático, mobília para escola, biblioteca, videoteca, sala de informática e carteiras novas.

A escola é simples, mas atende às necessidades básicas dos educandos. Conta com três salas de aula, uma biblioteca, uma videoteca, uma sala de informática, dois banheiros, uma cozinha, um salão para reuniões com os pais e uma sala (improvisada) da diretoria. Atualmente todas as professoras, funcionários e a diretora são moradores/moradoras do próprio Assentamento. Eles consideram importante que o corpo docente seja da própria comunidade, como nos relatou uma das professoras:

*Na Universidade se diz que o professor precisa conhecer o aluno e nada melhor do que um professor da comunidade conhecer a própria comunidade e a realidade dos alunos. Além de você ter aquele vínculo, você sabe todos os problemas da criança, você conhece a família, você sabe de onde ela veio, como é que ela vive. Isso também faz parte do aprendizado, né? Na nossa turma multisseriada que sabe mais um pouco ajuda que sabe menos, esse é o verdadeiro sentido do multisseriado: tudo mundo ali junto, em grupo, querendo que o outro aprenda também. (professora A)*

A fala da professora, que está concluindo o curso de pedagogia, é condizente com pensamento de Freire (1995), em relação à necessidade do educador trabalhar de acordo com o contexto histórico, social e cultural dos educandos. “Daí a necessidade fundamental que tem o educador popular de compreender as formas de resistência das classes populares, suas festas, suas lendas, suas devoções, (...)”. (1995, p. 48). Só assim a educação será uma ação político – pedagógica.

Esse é o real sentido de uma escola no campo e do campo. É preciso cultivar uma nova visão de mundo entre os educandos para fugir dos bombardeios midiáticos da ideologia capitalista que leva à competitividade, ao enriquecimento de poucos em detrimento de muitos. O cultivo do realismo utópico acontece com a tomada da consciência de uma situação em que se vive para poder sonhar em transformá-la. Segundo uma das professoras do Assentamento, a escola do campo tem a seguinte função:

*[...] então a importância que tem é de criar nos nossos alunos uma identidade de campo, de ter orgulho de morar no sítio, na roça e fazê-los entender a importância que tem isso, não só pra aqui, mas para cidade, para o Estado e para o próprio Brasil, que o agricultor*



*tem para o desenvolvimento do país. Essa é a importância de uma escola que resgate essa identidade, que trabalhe os valores do campo, que trabalhe as dinâmicas da educação do campo. É uma escola que todo mundo faz parte, não é uma escola professor versus alunos, mas é a escola comunidade, porque toda a comunidade está envolvida na escola. Claro que isso é importante não só para as crianças, mas os pais mudam alguns conceitos e começam a ter essa preocupação que os alunos têm tendo com a terra, com o meio ambiente. Também envolver nossas crianças na dinâmica do assentamento, de ONGs, de organização de políticas públicas de projetos, talvez, muitos ficarão aqui quando forem adultos. (professora A)*

Segundo Adams (2010), as estratégias coletivas para superar problemas coletivos constituem-se como uma mediação pedagógica para a produção de um novo ethos, ou seja, novos valores, saberes e posturas que buscam práticas emancipatórias. Nos Assentamentos, a luta pela terra, o trabalho coletivo, solidário são mediações pedagógicas, chamadas de pedagogia da terra, como enfatiza uma das educadoras do Assentamento:

*A pedagogia da terra e pedagogia da alternância. Quando você tem prazer em aprender, você acaba se tornando pesquisador, e é isso que agente quer dos nossos alunos, que eles sejam autônomos, não só aquela coisa da gente pegar um livro didático abrir e mandar a criança fazer, fazer, não. A gente cria na criança aquele desejo de aprender, por que eles têm aprendendo aquilo que faz parte do dia a dia deles, não que agente esqueça as matérias dos livros, que eles precisam ser avaliados, mas que eles possam fazer tudo isso dentro de uma perspectiva que eles já conheçam. (professora B)*

Esse saber local, do cotidiano, as experiências de vida são fundamentais para construção de um pensamento crítico e global. Em Freire (1995), a tarefa fundamental da educação popular de corte progressista é inserir os grupos populares no movimento de superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico da sociedade em que vive e do mundo. Desta forma, poderá recusar qualquer explicação fatalista e determinista da história.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa bibliográfica e de campo verificou-se que com a presença dos Movimentos Sociais, em particular, o MST, houve uma ressignificação da participação das mulheres nas relações sociopolíticas e de trabalho nos Assentamentos Rurais no Cariri Ocidental da Paraíba. Abalando as relações de submissão historicamente impostas a elas. A partir da matriz pedagógica do MST a Educação Popular emerge como projeto alternativo de sociedade mais justa e igualitária.

As lutas travadas pelo MST, a Educação Popular formam novas relações sociais e ações coletivas que correspondem a utopias e à crença de que é possível e necessário construir um mundo melhor. É nessa perspectiva que a questão de gênero passa a ter um espaço de discussão dentro do movimento a partir da criação do Coletivo Nacional de Gênero com o propósito de fomentar a igualdade entre homens e mulheres no que tange o acesso às políticas públicas dentro dos Assentamentos.

As leituras bibliográficas de viés marxista e da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire foram um norte para compreensão de como o cotidiano, as experiências de vida, as lutas sociais funcionam como sujeitos pedagógicos na construção de uma consciência crítica da própria realidade em que se vive. Desvelar a realidade para poder transformá-la. Transformar a realidade significa reinventar outra com princípios solidários e coletivos, como alternativa ao capitalismo excludente. Significar traçar caminhos que levam ao realismo utópico, ou seja, primeiro é preciso ter consciência da realidade em que se vive. Depois, traçar metas para superá-las numa dinâmica típica do materialismo dialético.

A análise da entrevista semiestruturada evidenciou que na agrovila Lajinha, Assentamento Zé Marcolino, as mulheres são protagonistas na busca por benefícios coletivos como a escola do campo, geração de renda e bem estar social. Essa consciência começou a ser gestada a partir da luta pela terra, das ações educativas do próprio MST. Ficou evidente também que a parceria com ONGs são fundamentais para implantação de políticas públicas frente à ineficácia do poder público. No início não foi fácil, mas as mulheres conseguiram assumir

responsabilidades externas ao ambiente doméstico, chegaram à esfera do público, transpuseram barreiras históricas, culturais e ideológicas.

Muitas conquistas foram alcançadas, tais como: a construção e funcionamento da escola do campo no Assentamento; a geração de renda com a caprinocultura, horta orgânica e o beneficiamento do algodão, mas muito falta a ser alcançado, como por exemplo, a educação de Jovens e Adultos que, quando chega aos Assentamentos, não condiz com a realidade e necessidade dos educandos. São programas do governo, como o Brasil alfabetizado. O problema desses programas educacionais de estado é que são oferecidos de forma descontextualizada, ocasionando a evasão daqueles que não se identificam com as aulas.

Nesse trabalho não se teve pretensão alguma de romantizar a realidade vivenciada nos Assentamentos rurais do Cariri. Nosso propósito foi de mostrar que as lutas a partir do MST contribuem para um empoderamento nos assentados em relação à necessidade/possibilidade de construir um mundo melhor, mais justo e solidário, como alternativa ao capitalismo excludente e expropriador. Nesta luta, as mulheres vêm conseguindo significativas conquistas que as insere nas políticas públicas, rompendo vários paradigmas para fomentação de novos princípios e a crença de que outro mundo é possível.

A presente pesquisa abre caminhos para que se possa investigar mais a fundo a dinâmica social, política, cultural e econômica dentro dos Assentamentos rurais do Cariri Ocidental paraibano. Desvelar melhor as relações subjetivas dos sujeitos inseridos nesse espaço, que foi pensado para a convivência coletiva torna-se bastante instigante para pesquisas posteriores, em um projeto de mestrado, por exemplo.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Educação e Economia Popular solidária**: mediações pedagógicas do trabalho associado. São Paulo: Ideia & Letras, 2010.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **Desenvolvimento Sustentável**. In: Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 41-53.

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003, p. 1-22.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto**: escritos sobre educação popular. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **A educação popular e a educação de Jovens Adultos**: antes e agora. In: MACHADO, M. M. (Org.). Formação de educadores de Jovens e Adultos: II seminário Nacional. Brasília: MEC/SECAD, 2008, p. 17-56. Disponível em: <http://forumeja.ofg.br/files/livrossegsemi.pdf>. Data de acesso: 21/09/2013.

CANIELLO, Márcio; DUQUÉ, Ghislaine. Agrovila ou Casa no Lote: A Questão da Moradia nos Assentamentos da Reforma Agrária no Cariri Paraibano. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v.37, n. 04, out/dez, 2006.

CASTILHO, Neuza Aparecida Novais.; CARDOSO, Vanessa Cristina Carvalho. Movimentos Sociais e Participação Popular: Luta Pela Conquista Dos Direitos Sociais. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 176-185, 2009. Disponível em: [http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n1/15\\_Movimentos\\_sociais.pdf](http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n1/15_Movimentos_sociais.pdf). Acesso em 05/09/2013.

FIGUEIREDO, Antônio Macena de; SOUZA, Soraia Riva Goudinho de. Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 129-173.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra; 2003.

\_\_\_\_\_.; NOGUEIRA, Adriano. **Que Fazer: Teoria e prática em Educação Popular**, II Ed, Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

GADOTTI, Moacir. Educar para a cooperação. In:\_\_\_\_\_. Economia Solidária como práxis pedagógica; São Paulo, Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

\_\_\_\_\_. Educação de jovens e Adultos: correntes e tendências. In: ROMÃO, José E. (org.). **Educação de jovens e adultos: teorias, práticas e proposta**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 35-46.

GONH, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mulheres em movimento. Movimentos de Mulheres**. In Novas Teorias dos Movimentos sociais; São Paulo, Loyola, 2008, p.131-160.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Identitários e Culturais: gênero, etnia, gerações**. In: Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 89-119.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a Economia Solidária**. Tradução de Nicolás Nymi Campanário. São Paulo: Loyola, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais normativas. Universidade Federal de Santa Catarina. **Etnográfica**, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

MARTINS JÚNIO, Joaquim. **Instrumentos de Coleta de Dados**. In:\_\_\_ Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis, RJ; vozes, 20012, p. 221-241.

MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora**. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares; Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO, Hildete Pereira de. **A Pobreza numa Perspectiva de Gênero**. In: Gênero e Pobreza no Brasil - Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y el Caribe: Brasília, CEPAL; SPM, 2005. p. 14-22.

MST- **Setor de Gênero**. In: Construindo o Caminho; 2001.

PALUDO, Conceição. **Movimentos Sociais e Educação popular**: atualidade de Paulo Freire. Pelotas, RS; 2008. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/dialogoscompaulofreire/ConceicaoPaludo.pdf>. Data de acesso: 18/07/2013.

OLIVEIRA, Luiz Fernando de. **Todo mundo come no McDonald's e é amigo no Orkut?** Globalização e mundo do trabalho no século XXI. In: Sociologia para Jovens do século XXI. Rio de Janeiro; Imperial Novo Milênio, 2007, p. 60-84.

PATRIARCHA, Taynara Fitz.; PASTOR, Marcia. **Gênero e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Tayanara%20e%20cia.pdf>. Data de acesso: 09/08/2013.

PEREIRA, Antonio Roberto. **Pedagogia do Movimento camponês na Paraíba**: das Ligas aos Assentamentos Rurais; João Pessoa; Ideia/Editora universitária, 2009.

PEREIRA, Ernandes de Queiroz. **A semente plantada**: Educação Popular e o Cultivo do Realismo Utópico nas Áreas de Assentamentos Rurais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. Programa de estudos pós-graduados em educação: currículo. São Paulo, 2013.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando A História Da Educação Popular No Brasil: Em Busca De Um Outro Mundo Possível. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.40, p. 72-89, dez.2010 - ISSN: 1676-2584. [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/40/art05\\_40.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/40/art05_40.pdf). acesso em 17/08/2013.

RIBEIRO, Sávila Cássia Francelino. **Educação do MST**: “por uma questão de classes”. In: LINS, Luciléia Teixeira de Oliveira, BATISTA, Verônica de Lourdes (Orgs.). **Educação popular e Movimentos sociais**: aspectos multidimensionais na construção do saber; editora Universitária da UFPB, João Pessoa, 2008, p. 203-220.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Qualitativa Crítica e Válida**. In: Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo, Atlas, 1999, p. 90-101.

SILVA, Nelsânia Batista da. **Educação popular, subjetividade e a perspectivas para uma economia solidária**. In: LINS, Lucicléia Teixeira et DE OLIVEIRA, Verônica de Lourdes Batista. Educação popular e Movimentos sociais: aspetos multidimensionais na construção do saber; editora Universitária da UFPB, João Pessoa, 2008, p. 79-120.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S.M.P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005, p. 13-20.

SOUSA, André Ricardo. **Economia Solidária: Um movimento Nascente da Crise do trabalho**. In: SINGER, Paul. Uma outra Economia é possível. São Paulo: Contexto, 2003.

STRAUSS, Anselm. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução de Luciane de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação Popular: metamorfose e veredas**. São Paulo; Cortez, 2010.

## APÊNDICES



## APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1- Nome completo:
- 2- Idade:
- 3- Escolaridade:
- 4- Reside no assentamento há quanto Tempo?
- 5- A formação política formada a partir da luta pela terra prepara para uma perspectiva de educação, política e de trabalho de forma coletiva?
- 6- A utopia, os sonhos, a luta acabam depois que a terra é conquistada?
- 7- Quais os maiores desafios, hoje, nos assentamentos?
- 8- De que forma as mulheres vem sendo inseridas nas discussões políticas dentro dos assentamentos
- 9- Houve resistências masculinas femininas à integração das mulheres em cargos de lideranças?
- 10- Qual a importância de se ter uma escola dentro do assentamento?
- 11- Você considera importante ter uma Escola de EJA dentro do Assentamento?
- 12- Como foi o processo de instalação da escola aqui?
- 13- Qual foi a participação das mulheres no processo reivindicatório para construção da escola?
- 14- Quais atividades são desempenhadas coletivamente dentro do assentamento?

## APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estou cursando a Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano em nível de pós-graduação *lato sensu*, no Centro de desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande. Nesta fase de meus estudos estou defendendo com projeto de monografia intitulado “**A Importância Da Matriz Pedagógica Do MST: Um Estudo De Caso Sobre A Inserção Das Mulheres Nas Políticas Públicas No Assentamento Zé Marcolino**” sendo que o objetivo do estudo é analisar como a matriz pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra contribui para a inserção das mulheres na organização do trabalho nas áreas dos Assentamentos no século XXI.

Eu, \_\_\_\_\_ portador do RG

\_\_\_\_\_,  
Declaro que fui informado(a) sobre os objetivos do estudo e que, consciente da importância deste, estou disposto(a) a participar do mesmo, de livre e espontânea vontade, sabendo inclusive que posso, a qualquer momento, desistir de participar se assim desejar. Concordo com a realização da coleta dos dados com base no questionário e entrevistas em anexos. Disponho-me a fornecer todas as informações que forem necessárias, permitindo que os dados obtidos sejam utilizados para os fins que se prestem neste estudo.

## APÊNDICE C: FIGURAS CAPTADAS PELO AUTOR DO TEXTO

Técnico da EMATER ministrando aula de como fazer adubo orgânico para os educandos do Assentamento.



**Fonte:** autor do texto

Educandos fazendo adubo orgânico



**Fonte:** autor do texto

## APÊNDICE D: ESCOLA DO ASSENTAMENTO ZÉ MARCOLINO

Parte externa da escola do Assentamento Zé Marcolino.



**Fonte:** autor do texto.

Parte interna da escola



**Fonte:** autor do texto